



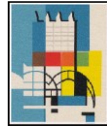
ATA N.º 1/2014

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. ELEIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES;**
- 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;**
- 3. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA. PROPOSTA N.º.6/GAP/14;**
- 4. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA LEOCÁDIA. PROPOSTA N.º.7/GAP/14;**
- 5. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE VILAS BOAS. PROPOSTA N.º.14/GAP/14;**
- 6. CELEBRAÇÃO DE TRÊS CONTRATOS DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ, E VILARINHO DAS PARANHEIRAS. PROPOSTA N.º.21/GAP/14;**
- 7. CELEBRAÇÃO DE TRÊS CONTRATOS DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES. PROPOSTA N.º.22/GAP/14;**
- 8. CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE SANFINS. PROPOSTA N.º.23/GAP/14;**
- 9. CELEBRAÇÃO DE DOIS CONTRATOS DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE TRAVANCAS E RORIZ. PROPOSTA N.º.24/GAP/14;**
- 10. CELEBRAÇÃO DE TRÊS CONTRATOS DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE CALVÃO E SOUTELINHO DA RAIA. PROPOSTAS N.º.28/GAP/14;**
- 11. CELEBRAÇÃO DE DOIS CONTRATOS DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTELO E SEARA VELHA. PROPOSTA N.º.33/GAP/14;**



12. **ADENDA AO ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA RESULTANTE DAS EXPROPRIAÇÕES LITIGIOSAS NO QUADRO DO PROGRAMA POLIS EM CHAVES. PROPOSTA N.º.10/GAP/14 - RATIFICAÇÃO;**
13. **VENDA EM HASTA PÚBLICA DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL. PRÉDIO RÚSTICO COM APTIDÃO URBANÍSTICA - DEFINIÇÃO DAS NORMAS DISCIPLINADORAS. PROPOSTA N.º. 18/GAP/14;**
14. **EMPRESA LOCAL DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL “EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A.”. REVISÃO E APROVAÇÃO DAS RESPECTIVAS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS. Para conhecimento;**
15. **CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB-EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, S.A. – ANO 2014. PROPOSTA N.º 31/GAP/14;**
16. **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A FUSÃO POR INCORPORAÇÃO DA SOCIEDADE EEA - EMPREENDIMENTO EÓLICO DE ALVADIA, EIM, LDA. NA EMPRESA EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA. PROPOSTA N.º 36/GAP/2014;**
17. **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA GEMC, EM. SA.; ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL; ABOLIÇÃO DO CONSELHO GERAL. PROPOSTA N.º 16/DAF/2014**
18. **PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 3º TRIMESTRE DE 2013. INFORMAÇÃO N.º21/DGF/2013;**
19. **PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 4º TRIMESTRE DE 2013. INFORMAÇÃO N.º06/DGF/2014;**
20. **SOLICITAÇÃO DE CONTRIBUTOS PARA O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO CHAVES 2020. PROPOSTA N.º 34/GAP/14;**
21. **PROPOSTA PARA SOLICITAÇÃO DE CONTRIBUTOS PARA O PLANO ESTRATÉGICO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA (CIM-AT) PROPOSTA N.º 35/GAP/14;**
22. **ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO CONSULTIVO DO CENTRO HOSPITALAR;**
23. **ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO CINEGÉTICO;**
24. **ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SEGURANÇA (CINCO ELEITOS E TRÊS PRESIDENTE DE JUNTA);**



25. A SAÚDE NO CONCELHO DE CHAVES;

A sessão teve início com o uso da palavra por parte do Senhor Francisco António Almeida Viegas, 1º. Secretário da Mesa que assumiu as funções de presidir a esta sessão da Assembleia Municipal em virtude de o Senhor Dr. João Batista ter apresentado a renúncia do cargo de Presidente eleito por ter ocupado outras funções incompatíveis com cargos em Órgãos de soberania ou das Autarquias Locais.

Para secretariar os trabalhos foi chamada a senhora Dra. Maria Clotilde Tomaz, até à eleição da nova Mesa.

Procedeu-se à chamada dos membros eleitos tendo-se verificado que dos 79 membros que compõem a Assembleia Municipal, estiveram presentes 77.

Ilídio Jorge Chaves Correia

João Miranda Rua

Suspenderam o mandato os Senhores:

Ana Maria Rodrigues Coelho

Altamiro da Ressurreição Claro

Francisco António Pinto de Barros

Maria Helena Barreira Silva Ribeiro

Pelos Grupos Municipais dos partidos com assento na Assembleia Municipal foi pedido um minuto de silêncio em memória do Senhor Dr. Alberto Germano Pires Lopes, que foi membro deste Órgão Autárquico, recentemente falecido.

Em evocação da sua memória usaram da palavra:

Pelo Partido Socialista Engenheiro Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues que disse:
“Faleceu há pouco tempo. Foi vencido pelo coração. Só podia ser. A doença, essa venceu-a ele porque com o que ele recolheu de sabedoria, aprendeu a combater a adversidade e o sofrimento que se habituou a ver, para além das aparências. Ele sabia bem e aprendeu como tantos outros que com ele conviveram e ou com ele se cruzaram na sua profissão, que o receio e a coragem são os limites da inteligência.

Falamos do Dr. Alberto Germano Pires Lopes.

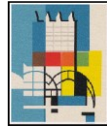
Falamos, naturalmente, de um profissional de saúde que regressou a Chaves para ser útil aos seus concidadãos.

Falamos do humanista, do homem que nunca considerou o próximo como um estranho, da essência de alguém que era ser ele próprio quando servia com um entusiasmo e dedicação que contagiava.

Não consegui perceber se era a tranquilidade da existência, se era o culto da amizade, se era o respeito pela maneira de ser dos outros, se era das suas convicções, se era simplesmente das suas inabaláveis crenças, que conquistaram a admiração de todos quantos com ele tiveram o privilégio da sua convivência.

Pessoalmente creio que foi por tudo isto, pelo encanto da simplicidade, pela sua tolerância, pela sensatez dos pequenos gestos.

Desde muito novo, criança até, aprendi dele muitos valores que ainda hoje relembro, quando ao lado do meu pai os acompanhava quando andavam por aí nas caminhadas ao longo das margens do Tâmega ainda sem Polis. Sempre



devagar não por causa da minha curta passada, mas pela ânsia que ele tinha de apreciar a beleza da paisagem com pensamentos de gratidão, de tranquilidade. Gostava ele de interromper esses passeios para falar com as pessoas que com ele se cruzavam porque, no seu dizer, lhe ensinavam sempre alguma coisa.

De resto, depois da sua “jubilação”, voltou-se para a cultura; participava em diversas tertúlias especialmente aquelas que falavam de Tourém, da beleza de Pitões das Júnias, dos contos, lendas e tradições da Região de Barroso.

Não quero deixar a oportunidade de referir que foi dos únicos políticos que eu conheço que, por via desse legítimo exercício, nunca criou um inimigo, nem mal-entendido ou mal-estar.

Nem toda a gente sabe estar na política como ele. Poi isso a minha enorme admiração pela sua personalidade.

Mas falar destes virtuosismos sem falar de outras componentes da sua vida que lhe foram tão queridas seria desvirtuar o perfil da sua enorme vocação de servir e do seu caráter.

A gentileza do seu trato e o uso das suas qualidades, a modéstia dos seus atos, moldaram o homem, o médico, o marido, o cidadão.

Do médico ou da ciência médica, muitas coisas são do conhecimento comum. Sabemos muito do exercício do ato médico. Sabemos das suas enormes capacidades, da sua dedicação, da justeza das suas referências, da justiça das decisões nos lugares de chefia, da ciência da cirurgia que fez escola.

Mas o que mais distinguiu este nosso concidadão foi o seu entusiasmo pelo exercício da profissão, foi o seu empenho, mas sobretudo o seu enorme coração (maior que ele), consubstanciado no respeito pelos seus doentes.

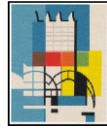
Do chefe de família ou da essência da sua própria vida ele foi o filho, foi irmão, foi pai, foi chefe de família. Ele foi o paradigma de uma família a todos os títulos exemplar.

Só é fácil ser-se marido e pai, filho e irmão, com a cumplicidade da compreensão, do respeito, da recompensa da reciprocidade, da presença e do amor. Em certa medida ele foi compensado largamente com a convivência permanente das suas duas mães (mãe e sogra), da sua irmã, da sua esposa, dos seus filhos e ainda dos muitos amigos que com ele partilhavam as suas horas de lazer.

Teve igualmente a sorte de ter casado com uma senhora que no seu metier, no exercício da sua profissão, foi médica, foi assistente social, conselheira e esposa. A inoportunidade da sua partida não fará oscilar os pilares da sua família.

Do cidadão.

O Dr. Alberto Lopes, foi já o dissemos um humanista. Foi antes de mais um cidadão do mundo. Nada lhe passava despercebido, particularmente as necessidades dos mais desfavorecidos. As bênçãos disfarçadas que distribuía, os gestos de bondade do seu dia-a-dia, a sua participação cívica na sociedade local e regional, o trabalho voluntário que desenvolveu, o esforço para o bem-estar social da nossa cidade, a participação nos mais diversos organismos da



sociedade civil e o seu espírito de iniciativa são um cunho muito forte da sua impertinência e desassossego moral e intelectual.

Foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Misericórdia de Chaves durante vários mandatos. Foi Deputado Municipal durante alguns mandatos. Foi presidente do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Chaves. Foi Diretor Clínico do Hospital de Chaves, foi Diretor Clínico da Policlínica da Misericórdia de Chaves, primeira da nossa cidade. Foi Diretor Clínico da Clínica do Monumento. Foi fundador, juntamente com o meu pai, da Liga dos Amigos do Hospital de Chaves e Presidente da Mesa da Assembleia Geral durante larguíssimos anos. Foi igualmente e juntamente com o meu pai, fundador e “principal cúmplice”, pela criação do Ensino Superior em Chaves, quer pela escola de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado, quer pela Universidade Internacional.

Por tudo quanto fica dito, que peca involuntariamente pelo muito mais que ficou por dizer, quero aqui pedir um minuto de silêncio por esta ilustre figura da nossa cidade que nos deixou há pouco tempo e que a saudade e a sua figura ímpar nunca se apague da memória dos flavienses.

Pela sua postura, pela sua compostura, pela sua obra, pelas suas virtudes morais quero concluir:

O Dr. Alberto Lopes era um homem grande, mas foi acima de tudo um Grande Homem”.

Pelo Partido Social Democrata usou da palavra do Senhor Dr. Francisco António Taveira Ferreira que disse:

“ Em nome do grupo parlamentar do PSD, desejo prestar HOMENAGEM ao Médico-Cirurgião, ao marido, ao pai, ao flaviense, ao político e ao cidadão - Doutor ALBERTO GERMANO PIRES LOPES.

- Nascido a 07 de julho de 1945 na povoação de Tourém, freguesia de Tourém, concelho de Montalegre, Distrito de Vila Real, filho de Alberto Augusto Lopes e Adélia André Pires, aí recebeu o que chamou de instrução familiar.

“A nossa primeira aprendizagem vem do meio familiar”- Citei.

Frequentou a Escola Primária de Tourém, Colégio de Montalegre, Colégio em Braga, Liceu Nacional de Chaves. Em 1965 iniciou em Coimbra, a Licenciatura em Medicina, que terminou em Lisboa.

- **“... Tinha ideia daquela Medicina do atendimento à pessoa em qualquer hora, em qualquer lugar...” - Citei**

- Casou com Maria da Graça Cameira Moura Batista Lopes em 4 de setembro de 1974 e foi pai de 2 filhos – Isabel Cristina Cameira Lopes e Miguel Alberto Cameira Lopes.

“ Tenho dois filhos que ajudam muito a contribuir para a minha Felicidade...”- Citei

Frequentou o estágio de Policlínica nos Hospitais Cívicos de Lisboa que terminou com classificação de Muito Bom.

- Prestou Serviço Médico à periferia em 1975/76 em Tomar, Ferreira do Zêzere, Vila Nova Ourém e Fátima.



- Fez Internato de especialidade, com início em 01 de setembro de 1976, nos Hospitais Cívicos de Lisboa e terminou-o em dezembro de 1980 com a classificação de **MUITO BOM COM DISTINÇÃO**.

- *“... Todas as pessoas que lá estavam ainda hoje são minhas amigas...”*- Citei

- Foi Médico da Caixa de Previdência – Clínica Geral em Alhandra e Azambuja nos anos de 1976 a 1982 e depois em Chaves, como Cirurgião contratado.

- Por sua opção, decidiu trabalhar no Hospital Distrital de Chaves e viver nesta cidade, iniciando funções no Hospital Velho - Ex- Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Chaves em maio de 1982, após concurso público.

Procedeu à instalação, organização e direção do Serviço de Cirurgia Geral no Hospital novo, atual Hospital Distrital de Chaves.

“... Era uma responsabilidade muito maior. Era necessário tomar decisões permanentes e inadiáveis e não podia haver lugar para hesitações...” – Citei.

- Em Chaves, realizou a primeira operação em 31 de maio de 1982 no Hospital Velho e a primeira no Hospital novo no dia da sua inauguração – 02 de julho de 1983.

Foi o único cirurgião no Serviço de Urgência desde 1985 a 1988 – 3 anos

“ ... Durante três anos estive permanentemente de prevenção, o que queria dizer que não podia sair da área da cidade de Chaves. (...) Já quase não sabia conduzir automóveis...” - Citei

Barrosão de origem, de modos e de vivência, tornou-se rapidamente estimado pelos doentes, conterrâneos e seus familiares.

- Cumpriu, com brilhantismo, toda a carreira de cirurgião:

- Janeiro de 1981 – Especialista

- Agosto de 1989 – Consultor

- Abril de 1992 – Chefe de Serviço

- Dezembro de 2005 – Aposentado

- Foi nomeado:

- Diretor e Presidente do Conselho de Administração do Hospital – (agosto de 1988 a janeiro de 1996);

- Diretor Clínico de setembro 1988 a 1995 – 7 anos;

- Diretor de Departamento de Cirurgia desde fevereiro de 1996 a dezembro de 2005;

- Diretor Serviço de Cirurgia Geral de março de 1984 a dezembro de 2005;

- Chefe de Equipa do S.U. – Equipa A- 1987-1988;

- Diretor de Internato Geral e Complementar – 1987/1988 – vinte internos gerais e nove internos complementar.

- Em janeiro de 1983, abriu o internato da especialidade em Cirurgia Geral em Chaves e ficou responsável pela formação dos internos complementares de Cirurgia Geral, Obstetrícia e Ortopedia - estes na área de Cirurgia Geral.

- Ao conseguir a qualificação de seis cirurgiões e a colocação de quatro destes no Hospital de Chaves, garantiu a continuidade da Cirurgia neste Hospital.

- A atividade científica caminhou em paralelo com a sua atividade clínica, organizando as primeiras jornadas de Cirurgia Geral em Trás-os-Montes em outubro de 1985 e as segundas em dezembro de 1986.



“ A cidade de Chaves não tinha nenhuma referência, o Hospital tinha de se impor como símbolo, à cidade, à região e até ao exterior ... ” – Citei

- Em 1981, instituiu a SEMANA DO HOSPITAL- realizada todos os anos até 2013- (hoje).

- Foi:

- Fundador da Liga dos Amigos (sócio n.º1) e Presidente da Mesa da Assembleia desde 1991.

- Diretor Clínico da Policlínica da Santa Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas, desde 1983.

- Sócio da Casa do Pessoal do HDC, desde a sua Fundação em 1986, e Presidente da Assembleia Geral em 2003-2004.

- Promotor do Ensino Superior de Enfermagem em Chaves, desde 1987 – ESSE – Dr. José Timóteo Montalvão Machado e membro da Assembleia Geral.

- Irmão e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, desde 1999 até 2006.

- Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Chaves de 2001 a 2009 e também representante da Assembleia Municipal no Conselho Geral do Hospital desde 2002 a 2009.

Viveu uma vida simples, como tudo o que o rodeou – vivência de felicidade em convívio com os doentes, familiares e em plena integração familiar e social.

“... Tive a sorte, a felicidade de encontrar sempre o caminho certo e de manter as melhores relações com as pessoas com quem trabalhei... participarei no que, a cada passo, se fez notar ou sentir na nossa cidade...” – Citei.

- Marido exemplar, no dizer de sua mulher e pai de dois filhos, acompanhou a orientação vocacional de ambos, tendo a filha seguido os seus passos em Medicina e o filho obtido curso superior.

Era um amigo, conversador, sensível e atento aos problemas de quem o rodeava, disponível, sempre pronto para ajudar e orientar quem o procurava.

Era meu amigo pessoal, meu formador e diretor do Serviço de Cirurgia que eu herdei.

- Com ele aprendi a ciência, a técnica, a tolerância, a distinguir o bem do mal, o essencial do supérfluo, e acima de tudo, a viver os sucessos com humildade, lutar contra as adversidades e a corrigir as faltas.

Homem popular, prestigiado, socialmente integrado, disponível, influente na evolução da Medicina Hospitalar em Chaves, sempre soube com perseverança, insistência e paciência procurar os meios capazes de fazer evoluir a prestação de cuidados em contínua melhoria de qualidade.

Para o Senhor Doutor Alberto Germano Pires Lopes a minha gratidão pessoal, o reconhecimento do seu trabalho, da sua capacidade e um muito e muito obrigado.

A Assembleia Municipal deve a este político um eterno reconhecimento, pela sua dedicação e dádiva ao povo desta região.

Pelo homem, pela obra feita, pela memória de que é merecedor, o Grupo Municipal do PSD, em seu reconhecimento, pede a esta digníssima Assembleia um minuto de silêncio”.



Pela CDU usou da palavra o Senhor Dr. Manuel Justino Matos Cunha que disse:
“A CDU também quer associar-se à homenagem ao Dr. Alberto Lopes e eu pessoalmente também.

Apresentamos as condolências à família e também ao Grupo Municipal do PSD do qual ele foi membro.

Dado o teor das intervenções anteriores deixo aqui a minha homenagem ao médico, ao político com as suas convicções, ao cidadão que se envolveu humanamente no relacionamento com os demais, que deixou obra feita”.

Pelo CDS/PP usou da palavra a Senhora Dra. Maria Zélia Valoura que disse:

“Felicito a Assembleia Municipal por esta homenagem ao Dr. Alberto Lopes que conheci essencialmente pelas referências ao seu trabalho como clínico no Hospital de Chaves, referências sempre pela positiva, como um grande profissional que imprimia à sua atividade uma humanidade ímpar.

Conheci também o Dr. Alberto pela luta democrática, nomeadamente por contribuir para uma sociedade mais plural e pluralista, estando ligado à atividade partidária, pautando-se pela isenção e pelo rigor na defesa do interesse dos flavienses, nomeadamente na defesa dos serviços de saúde, área que conhecia bem por ser a sua profissão.

Grande amigo de Chaves, cidade que escolheu para viver e para a sua morada eterna.

Dr. Alberto deixo-lhe um abraço eterno. Estará sempre no coração dos flavienses pelo seu contributo para uma sociedade mais justa e solidária.”

O **Senhor Presidente da Mesa** em exercício referiu as quatro intervenções de homenagem ao Senhor Dr. Alberto Lopes como extraordinárias que referiram uma figura que deu algo de importante a esta comunidade e ao concelho de Chaves pela sua obra e pela sua ação.

Perguntou à Assembleia se alguém se opõe a que as declarações feitas nas intervenções anteriores possam chegar à família do Senhor Dr. Alberto Germano Pires Lopes.

As intervenções foram aprovadas por unanimidade pela Assembleia e serão oportunamente enviadas à família do Senhor Dr. Alberto Lopes.

Em seguida foi respeitado um minuto de silêncio.

Entrou-se no período “Antes da Ordem do Dia”

Para este período inscreveram-se os seguintes deputados:

MARIA ZÉLIA VALOURA do CDS/PP cumprimentou os presentes e disse:

“Sendo a água elemento identitário do Concelho de Chaves, pressuposto base para o chamamento de diversos povos que por aqui passaram gostaria de me referir às fontes e fontanários da cidade que, apesar de Chaves ser considerada terra da água, como o seu próprio nome latino indica, não abundam de forma logística pela cidade.

Os fontanários existentes, salvaguardando, à parte, os recursos da zona das Caldas, que a falta de civilidade de alguns cidadãos têm vindo a estragar, podem contar-se pelos dedos da mão. Além dos antigos, históricos e com monumentalidade, também os modernos e aqui incluo, carecem de algum investimento para sua conservação e recuperação. Além do simbolismo vital das fontes com água, este património



edificado, faz jus ao nome da cidade, merecendo empenhamento na sua manutenção.

Considerando a Feira dos Saberes e Sabões de Chaves uma boa prática na promoção do mundo rural, com base nos produtos típicos da região, porque não se apostar também numa iniciativa inovadora em que o tema central fosse a água, elemento este que nos caracteriza, tendo em conta todas as potencialidades transversais de um recurso das Termas de ÁQUAE FLÁVIA, tanto medicinais como estéticas agrícolas e mesmo gastronómicas, entre outras. A título de exemplo refiro a água de Vidago considerada uma água com características raras e únicas, referida como um produto Gourmet, sendo que alguns dos chefes destacados da alta cozinha a aconselham para acompanhar alguns pratos da melhor gastronomia. Motivos não faltam para se associar a água, recurso natural essencial à vida e estratégico no desenvolvimento, numa altura em que tanto se fala em cooperação, o elemento água comum à nossa Eurocidade. Partilhamos além do conceito de água mineral e terapêuticas o rio que nos separa e também nos une e que na verdadeira asserção da palavra é nosso, o que implica uma responsabilidade cívica e um diálogo comum além da regulamentação internacional que lhe está subjacente.

A água é também uma característica definidora de todos os concelhos da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. Porque não uma parceria estratégica intermunicipal e transfronteiriça que desenvolva a ideia de Cluster turístico associado à água”.

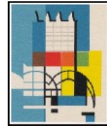
ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – cumprimentou os presentes e disse que gostaria de fazer alguns alertas.

“Todos sabemos que a nossa cidade aposta muito no bem receber, na hospitalidade e no turismo e por isso temos de ser cuidadosos a todos os níveis. Neste fim-de-semana tive a visita de familiares que vivem fora de Chaves e, depois de almoço, deslocaram-se à Bouvet exterior das Termas para beber um copo de água e encontraram-na fechada. Como estão a decorrer trabalhos na zona limítrofe, com perfurações, supus que seria esse o motivo. Mas não entendi a falta de uma placa explicativa das razões para o encerramento da fonte. Espero que passe a haver mais atenção para estas situações.

Há situações de estacionamento na cidade que gostaria de referir. Em frente à TELECOM existe uma zona de estacionamento pago que é interrompida por estacionamento proibido com uma zebra e há quatro lugares em que um é destinado a deficientes que, teoricamente, não deve ser pago mas não há nenhuma placa a confirmar. Se há interrupção e querem que aqueles quatro lugares de estacionamento sejam pagos devia estar lá uma placa indicadora de que também são pagos. São situações de dúvida que devem ser clarificadas.

Em frente ao café SPORT existe uma zebra; é proibido estacionar em qualquer situação, com exceção de cargas e descargas, mas de cada lado das zebras não existe sinalização de proibição e há pessoas a estacionar ali. Pessoalmente penso que a configuração da praça deveria ser dissuasora do estacionamento na zona, mas a verdade é que não está sinalizada.

No Parque da Lapa, face à sinalização ali existente, sempre deduzi que o acesso ao parque de estacionamento seria feito ou a partir da Rua de Santo António, ou a partir



do Bairro Aliança, junto ao antigo Magistério e as saídas far-se-iam pela zona junto à Escola Fernão de Magalhães e pelas traseiras da capela. Mas a verdade é que também se cria ali uma situação duvidosa porque embora tenha uma seta de saída obrigatória, não tem nada impeditivo de entrada. Conforme está configurado, dá a impressão que é só de saída e não de entrada e ao não ter o sentido de proibição de entrada pode ser interpretado como não proibido de entrar. Essas situações podem ser geradoras de acidentes”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – cumprimentou os presentes e disse que pretender guardar a sua intervenção referente à saúde para o 25º ponto que não é muito compreensível dada a importância do tema.

“Tenho falado com várias pessoas sobre a retoma da economia e todos são de opinião que está a piorar ou estagnado. O governo PSD diz que a situação dos portugueses está igual ou pior mas que o país está melhor. É estranho porque eu supunha que o País eram os portugueses. É difícil utilizar a expressão «o país está melhor», desligada da realidade dos cidadãos. Os dados oficiais a 30 de dezembro mostram que nas regiões do interior, em termos de desemprego, continuam acima da média nacional, apesar da onda de emigração o que devia contrariar as taxas de desemprego. Não é audível uma posição conjunta dos autarcas do interior e o PSD tem sérias responsabilidades nisso porque é força maioritária no Alto Tâmega.

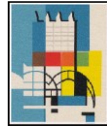
Temos de perceber que o esvaziamento de serviços públicos se reflete na qualidade de vida, no comércio e no movimento da cidade.

Não ficava de bem com a minha consciência se disse que, como cidadão, não me revejo em nada, na forma e na imagem que foi projetada de Chaves na Feira dos Saberes e dos Sabores. Não compreendo a escolha da pessoa que fez a apresentação da nossa cidade no canal de televisão que faz a cobertura da feira. Houve muitas pessoas de todos os quadrantes sociais que vivem em Chaves, ou mesmo fora e que desligaram a televisão por vergonha.

Pareceu-me infeliz, a frase do Senhor Presidente da Câmara ao dizer que via com agrado a imagem que tinha sido passada da cidade, quando está a construir uma Fundação Nadir Afonso, com um projeto excelente e com o investimento público que representa e se compactue com uma imagem do interior do país de há cem anos atrás. Entendo que esse não é o caminho para o desenvolvimento da cidade e do concelho”.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – cumprimentou os presentes e em seguida pediu aos membros da Assembleia Municipal, enquanto representantes dos cidadão, dos empresários e dos comerciantes, no contexto de crise económica e financeira, nos dias de hoje. Qual é o papel das autarquias, nomeadamente aquelas que têm dimensão financeira, económica e técnica, que são os municípios. As freguesias têm igual dignidade mas os senhores Presidentes de Junta sabem que a vontade existe mas os meios e as competências são manifestamente insuficientes.

As autarquias e municípios, sobretudo os do interior, são hoje confrontados com questões muito relevantes. É o caso da desertificação. Temos um concelho, em que a taxa de natalidade é baixa, que na última década perdeu população e isto é muito preocupante; a população mais jovem em idade de casar e ter filhos emigra. Era importante que a autarquia implementasse verdadeiras políticas integradas de apoio



à natalidade; que pensasse em políticas de coesão territorial e social olhando para o território como um todo. É importante que as aldeias continuem a existir. Para isso é necessário implementar políticas e projetos dirigidos também à população jovem das aldeias, criando condições de atratividade. Só desta forma Chaves será pujante e terá um papel de destaque na sub-Região do Alto Tâmega. Não podemos dizer que queremos ser líderes, temos de o ser.

Neste momento de grandes dificuldades precisamos de qualificar os territórios e é neste agora que as entidades públicas têm de fazer mais. Em conjunto, todos os que aqui estamos e os que estão lá fora, temos de discutir o futuro que queremos para o nosso concelho e para a nossa cidade. Quem deve potenciar esse debate e contribuir com propostas decisivas é a Autarquia, como entidade congregadora da nossa decisão coletiva.

Peço que a Câmara Municipal de Chaves seja intransigente na questão da justiça, que é essencial para a resolução dos conflitos sociais, familiares, económicos e empresariais. Não podemos permitir que as pessoas com menos recursos tenham de se deslocar 60 km ou mais, do seu local de residência, para obter justiça. A solução de reorganização dos Tribunais proposta não trás nada de bom e não contribui para uma justiça mais célere e mais eficiente.

A questão da saúde será discutida mais tarde. Como é o vigésimo quinto ponto da agenda, talvez seja difícil que isso aconteça. Dada a importância deste assunto eu e, penso que os membros do Grupo Municipal do meu partido também, estaremos disponíveis para prescindir da senha de presença de uma reunião extraordinária deste Órgão que seja marcada para discutir este assunto. Discuta-se a saúde não numa lógica corporativa mas de uma forma integrada, nos seus pilares. No primário, no secundário, no diferenciado, na emergência e sobretudo na lógica do que é melhor para os cidadãos. Garantir que os problemas de saúde dos cidadãos tenham resolução e são devidamente encaminhados em tempo útil.

Na questão económica/empresarial é importante que a Autarquia encontre rapidamente uma solução, com a ajuda de todos, para o grande investimento público, que foi feito no Parque Empresarial, no Mercado Abastecedor e nas infraestruturas que ali existem; não permitam que se degradem e se abandonem.

Outro dos setores importantes é o turismo e devemos olhar para ele tendo em conta o investimento fundamental da parte das entidades públicas.

Por último gostaria que o Senhor Presidente da Câmara informasse esta Assembleia Municipal acerca da situação em que se encontra o processo relativamente ao sistema das águas em baixa. Que propostas têm sido colocadas pelo governo, qual tem sido o posicionamento dos autarcas quer da Região de Trás-os-Montes quer do Alto Tâmega, acerca desta matéria e quais são, neste momento, as hipóteses alternativas que existem e qual a Câmara de Chaves está mais inclinada a tomar, bem como os argumentos que estribam essa solução. Há aqui um sinal que nos deve fazer olhar para o futuro. É que se houve um engano no sistema de gestão e tratamento dos lixos pode haver o mesmo no que respeita às águas. É um ato preparatório para a venda aos privados. Não permitamos que isso aconteça.

BRIGITE RAQUEL BAZENGA V. TOMÁS GONÇALVES do PS – cumprimentou os



presentes e referiu a preocupação do Partido Socialista sobre a utilização de materiais de construção em equipamentos que contenham amianto.

Este é um assunto que está na ordem do dia. Há alguns anos que existe legislação e diretivas que alertam para este problema. Face ao que alguns estudos demonstraram há edifícios públicos, nomeadamente estabelecimentos de ensino, em que este produto existe há muitos anos e está a prejudicar, declaradamente, a saúde dos que aí convivem diariamente.

Sabemos que face às novas competências atribuídas às autarquias locais, pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, este património escolar está diretamente ligado às competências dos executivos municipais e, por essa razão, o Partido Socialista lança ao executivo a recomendação para que, se ainda não foi feito, se faça o levantamento dos estabelecimentos nessas condições. Julgamos que nas piscinas municipais cobertas, na antiga escola primária do Cino Chaves e noutros edifícios espalhados pelo concelho há edifícios onde esta substância está presente, e neles trabalham pessoas diariamente expostas. É urgente proceder à remoção total dessas estruturas.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** depois de cumprimentar os presentes respondeu às questões que foram colocadas.

Sobre as sugestões deixadas pela senhora Dra. Zélia Valoura há fontanários históricos que hoje não têm água por uma questão de economia, isto porque associado a este equipamento verificam-se situações de grande desperdício de água e, como compreenderam, ao preço que pagamos por m³ e ainda pela falta de civildade como a Senhora referiu na sua intervenção, não podemos facilitar.

Na questão da conservação destes equipamentos concordo que devemos fazer o possível por assegurar a sua recuperação.

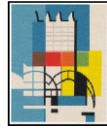
Sobre os bebedouros espalhados pelo território e, em particular os que existem nas novas zonas verdes, de facto é capaz de não haver um único que esteja nas devidas condições, mas isso deve-se também à enorme falta de civildade de alguns cidadãos e não é possível reparar, constantemente, aquilo que sistematicamente é destruído. Certamente estas situações devem merecer-nos uma reflexão mais profunda, no sentido de saber se estamos a cumprir a nossa função enquanto cidadãos, e se estamos a incutir uma cultura de respeito pelo património que é de todos.

O Senhor professor Anselmo José Martins referiu-se à falta de água na designada "Fonte do Povo" junto à Bouvet das Termas, no passado fim-de-semana.

O que efetivamente aconteceu foi que no sábado passado a bomba do furo AC2 avariou e não foi possível substituí-la de imediato, como também não houve a oportunidade de colocar a tal informação que o referiu.

Fica o registo das situações que mencionou sobre alguns lugares de estacionamento, que vamos verificar para corrigir, mas essa questão existe há muitos anos.

O Senhor Dr. Manuel Cunha comentou a ordem de trabalhos e o agendamento da saúde para 25º lugar. Espero que tenhamos tempo suficiente para discutir essa questão, ainda nesta sessão, que considero da maior importância para todos nós,. Se isso não acontecer podemos, se todos estiverem de acordo com a sugestão aqui apresentada, fazê-lo numa próxima sessão em data a acordar.



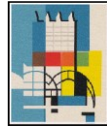
Quanto à retoma económica é importante fazer uma separação entre aquilo que diz o governo e o que diz o PSD. Nós aqui também não sentimos que haja retoma económica e comungo com o que o Senhor Deputado Manuel Justino disse. Estou plenamente de acordo com o Senhor sobre o esvaziamento de serviços no interior. Os sucessivos governos, quando há crise, fazem algumas reformas Ministério a Ministério, sem que haja uma preocupação com o todo. Tenho tido a preocupação de fazer sentir às estruturas dirigentes do PSD que quem devia liderar todas as reformas seria o Senhor Primeiro Ministro. Desta forma, tornar um serviço eficiente, pode destruir a eficiência de muitos outros a vários níveis. É o caso concreto da justiça em que não sei se efetivamente esta reforma se vai gerar poupança, apesar de a Senhora Ministra dizer que não é por causa de poupança mas sim de eficiência. Veremos se o funcionamento de alguns tribunais especializados como é o Tribunal Administrativo; a forma eficiente como funciona e o tempo célere em que resolve as questões dá-nos a ideia do que podemos esperar para futuros tribunais especializados e qual vai ser o resultado.

Mas se o Ministério da Justiça se tornar mais eficiente, em termos económicos, a nação está ineficiente porque a distancia que os cidadãos têm de fazer, o tempo de que vão perder, a ausência ao trabalho, o consumo de combustível ajuda a desequilibrar a balança de transações e, conseqüentemente a nação fica ineficiente; fazer rodar os Senhores juizes seria mais eficiente.

Quanto à Feira dos Sabores não foi a Autarquia que escolheu a apresentadora. Aliás a autarquia não foi “tida nem achada” para o efeito. Na entrevista que dei não me referi à apresentadora quando disse que foi transferida uma imagem positiva da cidade. Eu sempre disse que Chaves não pode nem deve ser comparada com os municípios vizinhos porque o seu papel é diferente. A nossa intenção não é competir com eles, mas sim prestar um serviço. A nossa feira até pode ter uma expressão menor da que tem Montalegre ou Vinhais mas não é por isso que deixa de ser menos importante para a economia local e para os nossos produtores. Mais importante do que o volume de vendas na feira são os contactos que se estabelecem para transações durante todo o ano. Nunca foi intenção dos executivos, ao longo dos anos de existência da feira, trazer cá uma estação de televisão para fazer a promoção de Chaves, embora no final, tenhamos ficado com a ideia de que a imagem que passou foi positiva, sobretudo junto da comunidade emigrante. Na relação do custo benefício valeu a pena. Com a vinda da SIC a Chaves conforme tivemos uma despesa total de cerca de seis mil euros.

O Senhor Dr. Nuno Vaz Ribeiro questiona o papel das autarquias locais, hoje. Entendo que esse papel é o mesmo de sempre; servir melhor os seus cidadãos, independentemente da forma e das condições.

O ponto número vinte da Ordem de Trabalhos tem como objetivo convocar esta Assembleia Municipal e a sociedade em geral a apresentar contributos para o Plano Estratégico do Desenvolvimento – Chaves 2020. Recordo que quando aqui apresentamos o Plano Estratégico - Chaves 2015 esta Assembleia criticou dizendo que não foi ouvida e que foi colocada perante um facto consumado.



Todo o conjunto de situações que o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro apresentou tem cabimento neste Plano. Todas as propostas que forem apresentadas devem vir acompanhadas das respetivas fontes de receita.

A Senhora Dra. Brigitte Raquel falou sobre numa questão que é muito importante. Estamos a aguardar uma inspeção aos edifícios municipais para se perceber se as coberturas em fibrocimento têm amianto isto porque nem todo o fibrocimento tem essa substancia. Se foram detetados cobertura nessas condições serão substituídas.

JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – disse que a feira dos “Saberes e Sabores” no seu entender não foi assim tão má e não entendo que alguém se envergonhe por ter sido a “Ágata” a apresentar Chaves no evento. “Esta senhora está casada com um cidadão que é daqui, é uma pessoa internacionalmente conhecida e ninguém nos garante que um dia ela não fique aqui para sempre”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – Eu não pus em questão a figura da artista “Ágata”, pessoa com quem nunca falei e de quem não tenho nada contra. O que eu disse e digo é que não me revejo, nem na escolha, nem na forma que a Senhora usou como guião, para apresentar a cidade de Chaves. E como eu existem outras pessoas com a mesma opinião.

A imagem que foi transmitida é que não se coaduna com tantos lugares importantes que temos na cidade e que deviam, esses sim, ser mostrados lá fora.

Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”.

A ata número sete, referente à sessão ordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2013, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

O Senhor **Dr. Nelson Paulo Gonçalves Montalvão** fez o seguinte reparo à ata. No ponto em que foi aprovado o Regimento da Assembleia Municipal não consta a distribuição dos tempos, parte que parece muito importante para o Grupo Municipal. O Senhor **Dr. Nuno Vaz Ribeiro** referiu que há assuntos repetidos e que devem ser retificados.

Ficou decidido que sejam feitas as correções identificadas e a ata seja aprovada na próxima sessão da Assembleia Municipal.

PONTO 1. - ELEIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES.

O Senhor Presidente da Mesa informou que face ao pedido de renúncia do Senhor Dr. João Batista, como membro da Assembleia Municipal de Chaves e seu Presidente, há a necessidade de proceder à eleição de nova Mesa através de lista.

Em face dessa situação convidou os Grupos Municipais a apresentarem listas para eleição da Mesa da Assembleia Municipal.

Foi apresentada uma única lista pelo Partido Social Democrata com os seguintes nomes:

Presidente – Francisco António Almeida Viegas

1º. Secretário – Francisco José Gonçalves Oliveira

2º. Secretário – Dra. Maria Clotilde Tomaz

Procedeu-se de seguida à votação, por escrutínio secreto e após a contagem dos votos, foram apurados os seguintes resultados:

Votos a favor – 50 votos;



Votos contra - 9 votos

Votos em branco – 2

Votos nulos - 7

Em face destes resultados foi proclamada eleita a Mesa da Assembleia Municipal de Chaves:

- **Presidente: *Francisco António Almeida Viegas***

- **1º. Secretário: *Francisco José Gonçalves Oliveira***

- **2º. Secretário: *Dra. Maria Clotilde Tomaz***

PONTO 2. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.

1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo

2 – Obras em Curso - Documento anexo

3 – Outras Atividades Relevantes - Documento em anexo.

Outras Informações:

Intervenções sobre este ponto.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – solicitou alguns pedidos de esclarecimento sobre a atividade municipal.

Foi-nos distribuída uma informação relativamente às obras em curso mas surgem algumas interrogações relativamente a algumas empreitadas. Embora o valor total das obras adjudicadas seja um pouco superior a vinte e dois milhões de euros, neste momento o valor faturado é de cerca sete milhões, trezentos e setenta e seis mil euros (35%). Há obras que são de 2000 e outras de 201 e não existe informação relativamente à sua não conclusão ou à sua anulação. É o caso da obra com licença de construção n.º.78/2008, cujo auto de consignação é de janeiro de 2000; sobre a Fundação Nadir Afonso presumo que tenha havido uma prorrogação do prazo para a sua conclusão, dado que a obra foi consignada em 2011; a n.º 15 - marcação do eixo da via de Vidago é de 2000 tem uma execução de zero; a n.º 26 - revitalização do Senhor da Boa Hora, de janeiro de 2000, tem execução zero; Qualificação do Mercado de Gado de 2011, tem uma execução de 83%; o 39.º - Rodovia de Acesso Prioritário A24 ao Hospital – Eixo III – está com a consignação de janeiro, execução zero e prazo zero. São obras já com alguns anos, com execução zero e ou não há intenção de as executar e deviam ser anuladas, ou há algum lapso relativamente a este reporte de informação.

A informação dá-nos o valor global de adjudicação, diz-nos o valor da faturação/autos de medição mas não diz qual o valor pago neste momento relativamente a este conjunto de obras.

Há também uma informação que vem pela primeira vez a este Órgão, que traduz o conjunto de ações de cariz civil ou de natureza administrativa contra o município, que neste momento estão pendentes. Há aqui muita informação mas também era importante que fosse indicada a fase processual em que o processo se encontra e qual a responsabilidade contingente; saber qual é o risco financeiro em que o município incorre por causa deste conjunto de ações.

A próxima informação que nos for disponibilizada deverá ter uma uma coluna que identifique o montante do pedido quer seja contra ou a favor do município.



Relativamente à informação de cariz orçamental eu pergunto se a informação económica e financeira é apenas reportada à dimensão orçamental ou também à dimensão patrimonial e à dimensão económica. Apenas nos foi distribuída informação de execução orçamental e penso que esta Assembleia também deveria ter acesso à informação - contabilidade patrimonial e na ótica económica.

No que respeita à execução orçamental, confrontando a receita com a despesa, nas despesas de capital, estão neste momento comprometidos/a pagar catorze milhões, setecentos e noventa e nove mil euros, mas apenas se arrecadaram três milhões, o que significa que há uma grande diferença entre as responsabilidades assumidas e a receita arrecadada.

Na coluna que fala nos acordos de regularização de dívidas celebrados e a celebrar, com o valor de sete milhões seiscentos e cinquenta e sete mil seiscentos e cinquenta e um euros, gostaria de saber se incluem os acordos com as águas de Trás-os-Montes, a RESINORTE e o acordo com o Estado sobre as expropriações do POLIS.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – pediu alguns esclarecimentos sobre a UTAD de Chaves.

Percebe-se na informação do Senhor Presidente da Câmara que tem havido várias reuniões sobre esta matéria e gostávamos de ter mais alguma informação nomeadamente sobre a manutenção, ou não, dos cursos que ainda existem; sobre a redução, ou não, do número de alunos e se quando se fala da criação de cursos de nível cinco, tem a ver com os cursos de curta duração de dois anos.

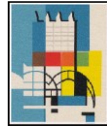
Refere a eleição do Presidente da Câmara para a Direção da Escola Superior de Enfermagem e gostaríamos de saber o ponto da situação sobre as entradas de alunos para este ano e se é confirmada a tendência de que a maioria dos alunos é da vizinha Espanha.

Relativamente ao acordo com a IBERDROLA sobre o apoio financeiro do Alto Tâmega, gostava de perceber de que forma se vai traduzir a aplicação dos cinquenta milhões de euros; se esse valor vai ser gerido pela comunidade intermunicipal e quais serão os critérios de distribuição.

A transferência intra-hospitalar de doentes é uma questão muito séria porque tem a ver com a transferência de doentes, internados ou não no serviço de urgência, entre o Hospital de Chaves e o Hospital de Vila Real. As entidades responsáveis pelo transporte, sobretudo de doentes urgentes, entendem que, como são dois polos hospitalares do mesmo Centro Hospitalar a responsabilidade do transporte deve ser do próprio hospital. Neste momento, com as dezenas de consultas que existem diariamente no Hospital de Vila Real, deverá haver uma forma de transporte que se adapte à crise atual e que assegure o acesso às consultas que só podem ser feitas no Hospital de Vila Real. Gostávamos de saber como é que o Centro Hospitalar está a assegurar esse transporte.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - respondeu às questões colocadas pela ordem das intervenções.

Relativamente às obras municipais em curso aceito a introdução de uma coluna para a execução financeira sugerida pelo Senhor Dr. Nuno Vaz Ribeiro, uma vez que, efetivamente, essa informação não consta dos mapas.



Relativamente às obras referenciadas, já com algum tempo, que têm uma taxa de execução física zero, não tenho informação neste momento, mas vou procurar obtê-la e na próxima Assembleia Municipal virá mais completa.

Em relação à Fundação Nadir houve prorrogação de prazo. Nesta obra estão a decorrer duas empreitadas; uma para a execução do edifício e a outra para execução do parque de estacionamento. O primeiro empreiteiro teve dificuldades na execução e atrasou a obra. Desde que passou a posição contratual para esta segunda empresa a obra tem recuperado e está num bom ritmo de execução, com o prazo de conclusão previsto para junho de 2014.

Relativamente aos fundos comunitários foi pedida a prorrogação dos pagamentos e foi aceite, significando que não estamos a correr qualquer risco de perder algum fundo comunitário, em termos de financiamento da obra. O prazo de conclusão da obra está previsto para junho, mas em termos de execução financeira poderá ir até ao final do ano.

Sobre a informação financeira, o facto de ter havido uma execução de receita de capital em três milhões de euros e um compromisso de catorze milhões tem a ver com a cabimentação/compromisso total da obra; porque em termos de pagamento só temos um milhão e oitocentos mil euros. Isto significa que temos mais receita do que aquela que está a ser paga.

Por uma questão de transparência quero informar que a dívida a terceiros, com um valor global de trinta e nove milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, quarenta e três euros e dezanove cêntimos é a dívida total das contas vinte e dois e vinte e três. Falta aqui a dívida refletida a outros credores da conta vinte e seis e que é: seiscentos e dois mil euros às Juntas de Freguesia; quatrocentos e vinte e nove mil euros de subsídios a instituições, atribuídos e não pagos; três milhões setecentos e nove mil euros ao Tesouro; por via indireta três milhões quatrocentos e trinta e seis mil ao Mercado Abastecedor, do empréstimo, o que totaliza um valor de oito milhões cento e setenta e nove mil euros, perfazendo uma dívida total da Autarquia de quarenta e sete milhões, setecentos e vinte e um mil euros. Vamos solicitar ao ROC para que este valor seja refletido nos próximos documentos de Prestação de Contas.

A dívida que o Senhor Dr. Nuno Vaz colocou sobre o acordo de regularização de dívida, os sete milhões seiscentos e cinquenta e sete mil euros, refletem basicamente a RESINORTE e as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Sobre os processos em tribunal a informação que vem à Assembleia é muito mais do que aquilo que a lei exige já que reflete todo o tipo de contencioso que temos e não apenas os processos de contencioso relativos a dívidas não pagas pela aquisição de bens e serviços com a legislação em vigor determina. A esmagadora dos processos respeita a expropriações e não tem valores porque eles são determinados em função da decisão do tribunal.

O Senhor Dr. Manuel Cunha referiu as reuniões havidas com o Senhor Reitor da UTAD. Há alguns sinais de que o Pólo da UTAD de Chaves possa estar em risco. Daí estas reuniões todas com o Senhor Reitor. Para o 1º ano só entraram alunos para o curso de licenciatura em Recreação Lazer e Turismo; em Animação Socio Cultural não houve qualquer entrada, pelo que ao concluir a licenciatura, este curso acaba em Chaves. Existe também essa possibilidade para o curso de licenciatura em Turismo



dado que o 2º. Ciclo passou para Vila Real. O Senhor Reitor disse que tudo vai depender da avaliação que a agência irá fazer do curso em Chaves. Em função desses sinais, coloca-se a hipótese da criação dos cursos de nível cinco, com frequência de dois anos e que são cursos considerados de nível superior.

Para além das reuniões com a UTAD reuni com o Instituto Politécnico de Bragança e ainda com o Senhor Secretário de Estado para perceber toda esta questão. Manifestei-lhe as minhas preocupações em relação do Polo de Chaves. O Senhor Secretário de Estado disse-me que dentro das competências e da autonomia da Universidade ele não tem qualquer possibilidade de interferir e explicou então o sentido dos cursos de nível cinco cujo objetivo é de aumentar a qualificação profissional, na medida em que todos eles são direcionados para o mercado de trabalho. Isso não invalida que alunos com muito bom aproveitamento não possam prosseguir estudos universitários. Da forma como o diploma legal foi aprovado (ainda não publicado), só podem ter cursos de nível cinco os institutos politécnicos ou as escolas que tenham esse estatuto.

Há um compromisso do Senhor Diretor do Instituto Politécnico de Bragança para que em Chaves sejam criados vários cursos de nível cinco e a UTAD vai ajudar a coordenar.

Sobre o Plano de Ação, o acordo de cinquenta milhões de euros assinados entre os municípios do Alto Tâmega, a Agência Portuguesa do Ambiente, a IBERDROLA e ratificado pelo Senhor Ministro do Ambiente, tem três situações distintas. Uma é o investimento direto da IBERDROLA, outra é a execução, pelos municípios, em compensação de algum bem depreciado, outra é de contrapartidas porque é investimento exclusivo dos municípios.

Valpaços e Montalegre que não têm qualquer influência neste investimento também vão ter uma verba de contrapartida para investir. Está acordado que o valor das contrapartidas seja repartido igualmente pelos seis municípios, num valor de um milhão e quinhentos mil euros e as compensações irão divergir em função da área inundada e do impacto que o investimento tenha em cada um dos territórios. Os territórios mais abrangidos serão o de Vila Pouca de Aguiar e o de Ribeira de Pena; Chaves terá menor área ocupada e o regolfo da barragem será pouco sentido. O aproveitamento hidroelétrico é constituído por três barragens – Gouvães, Daivões e Alto Tâmega. Só a do Alto Tâmega é que nos vai apanhar um pouco no território da União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras e ainda na freguesia de Anelhe. Esse facto e se eventualmente a água tiver qualidade, pode até trazer-nos vantagens no aproveitamento para remo, canoagem e outros desportos náuticos.

A maioria dos alunos que frequentam o 1º ano da Escola de Enfermagem são de nacionalidade espanhola. São eles que conferem viabilidade à Escola porque o número de matrículas de cidadãos portugueses já não seria suficiente para viabilizar o funcionamento da Escola. Aqui estamos a tirar algum proveito da nossa posição transfronteiriça e é por essa razão que o acordo celebrado com a CESPU, que por sua vez tem acordo com a Universidade de Barcelona, poderá potenciar a Escola, que esperamos seja futura Escola Superior de Saúde, com a frequência de cidadãos espanhóis, alguns dos quais vêm de Vigo.



A reunião que tive no passado dia 4 de fevereiro com o Senhor Secretário de Estado da Saúde e com o Senhor Presidente da ARSN em Vila Real esteve relacionada com o episódio infeliz ocorrido em Chaves, ao qual manifestei todas as minhas preocupações com muita indignação e também sobre a transferência de doentes entre o Hospital de Chaves e os outros hospitais. Tem acontecido frequentemente que a nossa VMER fica inoperacional pelo transporte de doentes, inter-hospitalar, o que não faz sentido. Faz sentido é que a VMER esteja sempre disponível para atuar no território e haja uma equipa médica de transferência de doentes da Unidade Hospitalar de Chaves para a de Vila Real ou para uma outra unidade hospitalar quando for esse o caso.

Ficaram de estudar a situação mas isso acarreta despesa e como estão mais preocupados em poupar do que com a saúde das pessoas, disseram que irão agendar uma reunião que eu aguardo me seja comunicada pela ARSN.

No próximo dia 10 de março próximo virá a Comissão Parlamentar de Saúde a Chaves para avaliar as condições de funcionamento do Hospital. Esta reunião já esteve agendada em 2011 mas como se deu a dissolução da Assembleia da República não se realizou. Os Presidentes de Câmara da Comunidade Intermunicipal solicitaram ser recebidos no dia anterior (dia 9 – Domingo) para uma reunião conjunta na qual possamos colocar as nossas múltiplas queixas não só em relação à UHC como em relação aos Centros de Saúde e ao funcionamento, de uma forma geral, da saúde no Alto Tâmega.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS - usou novamente da palavra para um pedido de esclarecimento.

“A questão da relação entre a execução naquilo que era a despesa de capital e o comprometimento, nós falamos em compromissos não falamos em cabimentos porque são conceitos diferentes. Compromisso significa que o município já é obrigado a pagar; no cabimento apenas significa que tem de ter dotação orçamental.

Na questão da relação das ações que tem de mencionar, ou não, os pedidos que são formulados, o nº 4 do art.º 35 da lei 75/2013 diz que devem constar o saldo e o estado das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado. Penso que esta informação é relevante para a Assembleia, se conhecermos os pedidos que são formulados nessas ações”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou que os nove pontos que vão ser discutidos de seguida se referem todos a contratos de comodato com várias freguesias. Por essa razão se a Assembleia estiver de acordo poderão ser analisados e discutidos em simultâneo e votados individualmente.

A Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara concordaram.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação das propostas dizendo que o que a autarquia está a fazer é a regularização da situação patrimonial do município.

Todos estes imóveis foram escolas do 1º ciclo, infelizmente desativadas. Alguns deles já estão a ser utilizados pelas Juntas de Freguesia há alguns anos e outros são pedidos recentes. Estas escolas são cedidas às juntas de Freguesia mediante pedido escrito e serão cedidas através de contratos de comodato para sua utilização ou para



instalação de outros serviços de caráter coletivo, mas serão sempre património da Câmara Municipal através do direito de reversão. O enquadramento é igual para todas as escolas e visa somente a regularização dos processos. Vem a esta Assembleia Municipal por força da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Usaram da palavra:

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – pediu esclarecimentos sobre estes processos. Entendo que só serão feitos estes protocolos se forem de interesse da junta de freguesia, mas passam as Juntas de Freguesia a ser proprietárias deste património edificado? O Senhor Presidente da Câmara já disse que não e isso é um aspeto a refletir.

Há um tempo limite para este protocolo? Se há de quantos anos é? Com estes contratos as juntas de Freguesia assumem uma série de compromissos e se não são cedências definitivas podem ficar sem o investimento que fizeram.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que esta Proposta faz todo o sentido porque se as escolas têm traços identitários e estão na memória das pessoas das aldeias reportadas a tempos muito importantes e de muita relevância e que tem como contraponto algum estado de abandono.

Entendo que esta é a forma de devolver esses espaços às pessoas das aldeias, para que possam ser usados pelos seus habitantes para aquilo que eles entendam ser mais relevante. Seja para instalar um Centro de Convívio, uma Casa Mortuária, ou outros mas que fiquem ao serviço das populações.

O que nós estamos aqui hoje a votar é um comodato que não é mais do que um empréstimo. A autarquia está a emprestar às freguesias os imóveis por dez anos. Eu gostaria de estar aqui a aprovar uma proposta de transmissão definitiva da propriedade, pela doação. Os comodatos não dão segurança a quem os recebe porque quem empresta pode retirar quando quiser.

Vou votar estas propostas a favor, mas votaria mais convictamente se fosse doação a todas as freguesias, sem exceção.

Pensei que hoje seriam votados nesta Assembleia protocolos de delegação de competências com as freguesias e viesse uma informação que definisse em concreto, de forma isenta equitativa e justa, o que cada freguesia vai poder receber do município nos próximos quatro anos.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse registar o facto de o Senhor Presidente da Câmara lamentar o encerramento de escolas.

É importante recordar que quando começaram a encerrar escolas falaram que seriam apenas aquelas que tivessem menos de cinco alunos. Já estão a tentar fechar as que têm vinte e um. Se tivessem explicado o Plano desde o início ficava mais nítido quais eram os objetivos.

Para compreender melhor esta situação era interessante saber o que cada uma das juntas de freguesia pensa fazer com cada edifício.

Este património é todo público e vir aqui diferenciar a sua propriedade exclusiva parece-me uma discussão que não faz sentido. O importante era que não tivéssemos perdido o interior do interior.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões colocadas.



Disse concordar com a sugestão do Senhor Presidente da Mesa para abordar estes pontos em simultâneo.

Em cada uma das propostas está expresso qual é o período de cedência da escola. Na cláusula 5ª diz que o prazo de vigência do contrato tem a duração de dez anos e prevê as formas de resolução do contrato de comodato, bem como o fim a que se destina.

A decisão pelo contrato de comodato e não doação é porque não se corre qualquer risco se o património se mantiver na esfera pública, como o Senhor Dr. Manuel Cunha disse e muito bem. Não se corre o risco de no futuro haver uma Junta de Freguesia que possa vender esse património e também não é exetável que haja alguma Câmara Municipal que queira retirar esse património do uso exclusivo da freguesia.

Seria bom vir a ter de revogar alguns destes acordo por se verificar retoma de dinâmica populacional e as escolas pudessem vir a ser necessárias novamente para a função para que foram criadas.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – usou novamente da palavra para dizer que o Senhor Presidente da Câmara não deve dizer que não leram as propostas.

“Eu li a proposta mas há uma coisa que o Senhor Presidente tem de saber. A nós aqui cabe-nos colocar quaisquer dúvidas, por mais ridículas que pareçam e cabe-nos aqui fazer com que o executivo se comprometa claramente, porque os dez anos podem ser anulados a qualquer momento e a Câmara ao dizer que a Junta de Freguesia pode vender o património, ela de per si, também pode vender o património. Quero que o Senhor Presidente diga aqui na Assembleia Municipal, que fique registado em ata, que tudo fará para cumprir esse compromisso e que as Juntas de Freguesia até podem fazer algum investimento naquele património edificado e que não saíram prejudicadas.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que leu os documentos e que conhece bem o enquadramento jurídico do contrato de comodato.

“O contrato de comodato é que em primeiro lugar para o fim especificado na proposta mediante a intenção formulada pela Junta de Freguesia. O prazo de dez anos pode, eventualmente ser posto em causa. O que eu pretendo dizer é que esta solução não dá segurança jurídica aos Presidentes de Junta. Muitos destes edifícios foram construídos em terreno cedidos por particulares e com o apoio das populações e era uma questão de justiça devolvê-las às populações.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que não foi sua intenção ofender ninguém ao dizer que possivelmente não leram bem os documentos e que, futuramente poderá responder apenas que a questão está expressa na proposta.

“Futuramente quando me colocarem questões, por mais ridículas que sejam como foi afirmado, de assuntos que estão explicados nas respetivas propostas, responderei que a resposta está expressa na proposta”.

A resolução do contrato de comodato só poderá acontecer desde que não seja respeitada a cláusula terceira. Haverá algum Presidente de Câmara que queira retirar o património das freguesias, sabendo nós que, efetivamente, muitas destas escolas foram construídas em terrenos doados por particulares e com dinheiro do povo?



Estou a fazer um contrato de comodato por dez anos, e sendo a vigência do mandato de apenas quatro anos, será pensável que tenho a intenção de o retirar? Pelo contrário estou a ceder um património para além do meu mandato e ainda do mandato do autarca que for eleito a seguir.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – usou novamente da palavra para dizer que não há divergência e que vai demonstrar o sentido de voto. Nós só queríamos ir mais longe.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** referiu que o que está a ser posto em causa é que, eventualmente, a autarquia possa querer realizar dinheiro através de venda de património, mas o que a proposta de contrato de comodato diz, efetivamente, é que não quer vender esse património.

Depois de analisados e discutidos os nove pontos a seguir identificados foram postos à votação individualmente.

PONTO 3 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIÁ. PROPOSTA Nº.6/GAP/14.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 4 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA LEOCÁDIA. PROPOSTA Nº.7/GAP/14.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 5. - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE VILAS BOAS. PROPOSTA Nº.14/GAP/14;

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

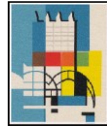
PONTO 6. - CELEBRAÇÃO DE TRÊS CONTRATOS DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ, E VILARINHO DAS PARANHEIRAS. PROPOSTA Nº.21/GAP/14.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 7. - CELEBRAÇÃO DE TRÊS CONTRATOS DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES. PROPOSTA Nº.22/GAP/14.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 8. - CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE SANFINS. PROPOSTA Nº.23/GAP/14;



Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 9. - CELEBRAÇÃO DE DOIS CONTRATOS DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE TRAVANCAS E RORIZ. PROPOSTA Nº.24/GAP/14;

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 10. - CELEBRAÇÃO DE TRÊS CONTRATOS DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE CALVÃO E SOUTELINHO DA RAIA. PROPOSTAS Nº.28/GAP/14;

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 11. - CELEBRAÇÃO DE DOIS CONTRATOS DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTELO E SEARA VELHA. PROPOSTA Nº.33/GAP/14;

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 12. - ADENDA AO ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA RESULTANTE DAS EXPROPRIAÇÕES LITIGIOSAS NO QUADRO DO PROGRAMA POLIS EM CHAVES. PROPOSTA Nº.10/GAP/14 – RATIFICAÇÃO.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que esta proposta vem à Assembleia Municipal para retificação.

A Direção Geral do Tesouro e Finanças apresentou o acordo de regularização da situação relativamente às expropriações no âmbito do Programa Pólis em que a primeira prestação teve de ser paga até 31 de janeiro passado. Não havendo oportunidade de realização de uma Assembleia Municipal, em tempo oportuno, foi assumido o pagamento dessa prestação.

Propõe-se a alteração ao primeiro acordo já aprovado nesta Assembleia Municipal; a cláusula 2ª dizia que o “pagamento é efetuado no prazo de quatro anos e meio a partir da data do presente acordo” e esta alteração passou a dizer que é feito em nove semestralidades, com a primeira prestação a vencer a 31 de janeiro de 2014.

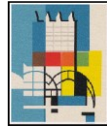
Na cláusula 3ª foi aditado um novo ponto onde se diz que os juros de mora são pagos semestralmente, vencendo-se nas mesmas datas do reembolso da dívida, conforme fixado em 2.1.

O valor em dívida já referido anteriormente é um valor, de alguma forma dinâmico, na medida em que alguns processos de expropriação, têm decisão final do Tribunal, de acordo com o estabelecido com o Tesouro; se o valor estabelecido for superior àquele já está depositado, é o Tesouro que coloca o excesso em relação à decisão. Se for inferior (isso é o desejável) haverá devolução do valor depositado.

Como todos sabem quando se decidiu extinguir a Sociedade Polis a autarquia assumiu os encargos com as expropriações, a 100%.

Usaram da palavra os senhores:

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse ter lido com muita atenção este acordo.



Diz-se que é um acordo de regularização mas, em meu entender, é mais um acordo de financiamento. Se os valores constantes deste documento fossem colocados no Relatório dos Processos em Tribunal, tínhamos o valor dos pedidos nos processos de expropriação.

Em dois mil e onze, quando veio a esta Assembleia a transferência do património da Sociedade Polis, para o Município, foram transferidos ativos e passivos; parte dos passivos transferidos respeitam às responsabilidades financeiras que o município tinha por causa dos processos expropriativos, dos terrenos da chamada intervenção Pólis. Nessa altura foi referido que o valor que tinha sido objeto de depósito em caução foi feito pelo estado.

Este contrato que estamos a ratificar é para fazer com que o município de Chaves reembolse o estado do montante que ele assumiu. O senhor Presidente da Câmara disse que este valor é dinâmico mas eu entendo que não. O contrato inicial dizia que a autarquia ficaria obrigada a pagar um milhão, setecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e noventa e seis euros, em 2010. Nessa altura a autarquia concordou em pagar esse valor em prestações semestrais mas como não tinha dinheiro propôs esperar três anos, ao fim dos quais teria de pagar os juros. Em agosto de 2013 a autarquia pediu a reformulação do contrato e a Direção Geral do Tesouro concordou. Neste momento a Câmara Municipal já não deve um milhão, setecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e noventa e seis euros, mas sim três milhões seiscentos e três mil, setecentos e um euros. Perante isto pergunto qual é, efetivamente, o montante do valor que a autarquia pode vir a ter de pagar, quer a título de capital, quer a título de pagamento de juros de mora.

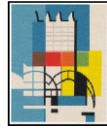
Como não foi feita nenhuma AM extraordinária somos confrontados com uma decisão que já foi tomada e apenas temos de a ratificar; como o município de Chaves tem de ser sempre uma pessoa de bem, independentemente de quem faça a sua gestão, terá de cumprir com esta obrigação.

BRIGITE RAQUEL BAZENGA V. T. GONÇALVES do PS – disse que a dívida e o montante da dívida da autarquia têm sido sobejamente discutidas.

“O Partido Socialista, recorrentemente vinha apontando um valor na ordem dos cinquenta milhões como sendo aproximadamente o valor da dívida. Fomos sistematicamente acusados pelo anterior Presidente da Câmara de mentirosos, nomeadamente a candidata do Partido Socialista à Câmara, que apontou sempre para este valor.

Hoje o atual Presidente disse-nos e merece um louvor por isso que, assumidamente, temos uma dívida de quarenta e sete milhões de euros e, portanto, ou foi contraída uma enorme dívida desde Outubro de 2013 até hoje, e isso não aconteceu ou, e lamento muito porque não está aqui o responsável, temos de chamar mentiroso a alguém.

Relativamente a esta questão do Polis o mesmo mentiroso, foi-nos dizendo aqui, durante anos, e peço desculpa ao Dr. João Batista que, por via das cauções que foram depositadas em cada processo judicial, a caução era entregue pelo máximo previsto do valor a pagar. E sempre nos foi dizendo também, que o município de Chaves ia receber e não pagar porque, como as cauções estavam pelo máximo, tinham de ser desfavoráveis as decisões judiciais pelo máximo. Como isso não era



previsível, e como as cauções já estavam depositadas iríamos ter um encaixe. Mentira. Neste momento sabemos que isto está próximo dos quatro milhões de euros.

Quantos processos judiciais estão decididos e quantos estão por decidir? Como é que a Câmara pensa pagar tudo isto? Será que vamos ter de vender a participação na EHATB para pagar o Polis”.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – cumprimentou os presentes e disse que solicitou intervir para defesa da bancada do PSD.

“O Grupo Municipal do PSD não pode deixar passar algumas das coisas que foram ditas pela Senhora Dr. Brigitte Raquel Bazenga. Não é verdade que a pessoa a quem se referiu que hoje é vereadora, Dra. Paula Barros, tenha sido insultada e injuriada nesta Assembleia relativamente àquilo que referiu, nem pelo anterior Presidente da Câmara Senhor Dr. João Batista, nem por nenhum membro do Grupo Municipal do PSD do mandato anterior. Isso é que é repor a verdade.

O Senhor Dr. João Batista, no nosso entendimento, e os documentos provam-no, também não é aquilo que lhe chamou – mentiroso. Não é mentiroso porque os documentos sempre foram fornecidos a todos os Grupos municipais e sempre estiveram disponíveis para quem os quis consultar quer fosse no que respeita à dívida, quer a outras situações.

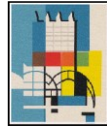
Quero pontualizar que, o anuário estatístico de 2012, no que concerne ao investimento e a outros indicadores fundamentais onde o concelho de Chaves está bem posicionado. Também quero lembrar que na última Assembleia Municipal do mandato anterior, realizada em 11 de Setembro de 2013, o Senhor Secretário de Estado da Administração Local tinha notificado a autarquia sobre a questão do endividamento relativamente ao ano de 2011. A Câmara Municipal, no âmbito da audiência dos interessados, exerceu o direito do contraditório em 28 de Agosto de 2013 e a resposta veio a 19 de dezembro de 2013. Sobre a matéria da dívida os documentos estão disponíveis e podem ser verificados.

Sou membro da Assembleia Municipal há já alguns anos tal como outros elementos da bancada do PSD, e é nosso entendimento que tem vindo a crescer um esforço para elevar e dar dignidade a este Órgão. Aquilo que a senhora Dra. Brigitte acabou de fazer, em nosso entendimento, não dignifica esta Assembleia. Nunca o PSD se referiu a anteriores presidentes de câmara de outras cores políticas, nesse tom, nem dessa forma, quer ao senhor Dr. Alexandre Chaves, quer ao Senhor Dr. Altamiro Claro. Mais isso somos nós.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões que lhe foram colocadas.

Quero dizer a esta Assembleia Municipal que não estou aqui para julgar o passado; estou aqui para trabalhar pelo presente. E de surpresa negativa em surpresa negativa, quero chegar ao fim do mandato e ser uma surpresa positiva e uma alegria para todos, resolvendo os problemas.

Se verificaram o documento apresentado na última Assembleia Municipal, o relatório do primeiro semestre de 2013, do Revisor Oficial de Contas, na página dezasseis diz que as dívidas a terceiros ascendem a quarenta e três milhões de euros. Não está nada escondido e tudo o que hoje aqui foi dito esteve presente na última Assembleia



Municipal. De facto ainda não estava expresso nesse relatório o acordo de regularização de dívida com a Direção Geral do Tesouro, de três milhões setecentos e nove euros e o do MARC de três milhões quatrocentos e trinta e seis mil, que somado ao valor da dívida a terceiros, perfaz os cinquenta milhões. Se hoje são quarenta e sete milhões isso significa que já houve pagamentos e por essa razão diminuiu.

Concordo que esta situação configura um empréstimo a uma taxa de juro de 4% e a verdade é que foi assim que a Direção Geral do Tesouro lhe chamou desde o início do processo – Acordo de Regularização de Dívida, resultante de Expropriações Litigiosas no Quadro do Programa Polis em Chaves.

A autarquia não depositou nenhum dinheiro porque as expropriações começaram a ser feitas no âmbito da Sociedade Chaves Polis; se alguma falha teve aqui a Câmara Municipal foi por não ter obrigado o estado, a assumir também a responsabilidade no litígio com as expropriações, na proporção do seu capital social. Isto porque se há lei neste país que devia ser absolutamente revista é a lei das expropriações. Quando um perito oficial é designado para fazer a avaliação inicial não é um cidadão qualquer. É um perito da lista oficial escolhido pelo Tribunal e não faz uma avaliação para agradar à Câmara Municipal. Supostamente faz um trabalho sério. Mas pode acontecer e acontece que num processo esse perito é o avaliador inicial e noutra processo a seguir já faz parte das comissões que se seguem quando o processo vai para o Tribunal. Não temos aqui qualquer responsabilidade e nem queremos substituir-nos aos tribunais para poder dizer se o que está por resolver vai ficar acima do daquilo que está previsto pela Comissão Arbitral. Espero e desejo que fique abaixo porque o valor por m², que se está a pagar, nas hortas do Caneiro é excessivo. Trata-se de uma zona inundável, sem aproveitamento urbanístico mas o poder judicial é que tem a última palavra.

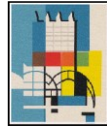
NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que o importante nos contratos não é o título mas sim o conteúdo e por isso está a falar-se num contrato de financiamento.

O município de Chaves em vez de estar a pagar juros de 4% podia ter ido à banca e conseguir um juro na casa dos 2% e pagar o montante do capital. Também gostava de saber qual é o valor do capital e o montante dos juros.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu que não tem feito o cálculo de qual é o montante de capital e o de juros mas terá em atenção essa separação para futuro.

Eu não mostrei aqui nenhuma surpresa em relação aos números. Apenas pretendo trazer a cada Assembleia Municipal os números absolutamente reais em cada momento. Fi-lo na última Assembleia, estou a fazê-lo nesta e quero fazê-lo no futuro. E quando eu disse que não queria julgar o passado não pedi que deixassem de me julgar enquanto eu era responsável pelo passado. Mas também não quero recuar tanto para chegar a 2002 e falar da dívida herdada nessa altura.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 51 votos a favor, 27 abstenções (16 do PS, 8 do MAI, 2 da CDU e 1 do CDS/PP) e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.



PONTO 13. - VENDA EM HASTA PÚBLICA DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL. PRÉDIO RÚSTICO COM APTIDÃO URBANÍSTICA - DEFINIÇÃO DAS NORMAS DISCIPLINADORAS. PROPOSTA N.º. 18/GAP/14.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que vem para apreciação uma proposta para alienação, em hasta pública, de um prédio rústico, com aptidão urbanística, sito junto ao Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade.

Para além da necessidade de realizar capital, também decorre das obrigações do PAEL em que para diminuir a dívida, se torna necessário colocar património à venda. Temos vindo a cumprir o que está estabelecido mas infelizmente o mercado não tem correspondido e essa venda não se tem concretizado. Também não estamos para desbaratar património e esta proposta é exemplo disso; vem a esta Assembleia Municipal, pela segunda vez, com a mesma base de licitação.

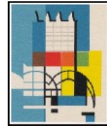
Relativamente ao que referiu o Senhor Dr. Nuno Vaz ribeiro, não conheço nenhum banco que hoje esteja a emprestar dinheiro abaixo de 4%. Se os Senhores deputados souberem de algum digam qual é que a Câmara Municipal vai lá pedir todo o dinheiro emprestado e deixa de continuar a pagar juros à RESINORTE e às Águas de Trás-os-Montes à taxa comercial de 7,75%. Infelizmente não há quem pratique taxas de juro abaixo de 4%. A Caixa de Crédito Agrícola ofereceu à Câmara Municipal de Chaves o dinheiro que precisasse a 4% mas não faria qualquer sentido ir pedir dinheiro a 4% para pagar à Direção Geral do Tesouro com a mesma taxa de juro. Fará sentido que, quando o governo aprovar a portaria para um novo Programa de Assistência, a Câmara Municipal de Chaves se financie, com todo o dinheiro que precise, a 2.32%, independentemente das condições que forem estabelecidas, em termos de resgate. Estou aqui para resolver os problemas dos flavienses hoje e para não hipotecar o futuro.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que o Senhor Presidente falou de dívida e endividamento quando se está a falar de venda de património e seguramente que há municípios e empresas a recorrer à banca com pagamento de juros inferiores a 4%. Foi pena que no PAEL anterior o município em vez dos oito milhões que contratou não tivesse contratado o valor necessário para toda a dívida em atraso. Não se fez porque estavam perto as eleições. Foi um ato de boa gestão política, mas foi um ato de má gestão financeira.

Concordamos com a estratégia de ir ao novo Programa de Assistência pelo limite máximo, lamentamos é que tenha de ser feito porque isso significa que a autarquia tem de ir a um segundo resgate.

ANTÓNIO JORGE PINTO DE BARROS do PS – cumprimentou os presentes e disse que se o Senhor Presidente da Câmara garante que fará tudo para não hipotecar o futuro, então será melhor não vender este prédio.

Isso é um pouco contraditório com aquilo que o estado nos pede. O estado pede-nos para investir, criar emprego, mas o mesmo estado, em momentos de aflição vende. Era necessário ter imaginação para olhar para este imóvel e fazer ali um ninho de empresas, um edifício com espaço onde jovens desempregados possam desenvolver qualquer tipo de atividade, nomeadamente dar explicações, fazer Works chopes, pagando uma taxa de utilização simbólica; isso seria um património público, de uso público que iria beneficiar o bem público.



Isto tem de ser encarado com um baixar de braços e mesmo assim não me parece que consiga vender este património desta forma e por este valor. Na proposta diz-se que se vende património porque as boas práticas da gestão aconselham a assunção de medidas tendentes à arrecadação de receitas extraordinárias e que a alienação deste imóvel, que não está a ser utilizado, garantirá a arrecadação de receitas que podem vir a financiar projetos relevantes de interesse municipal, o que contradiz o Senhor Presidente disse quando referiu que é para pagar dívida.

Com este valor penso que ninguém vai comprar este património e nós pensamos que seria melhor lotear e vender em lotes.

JOÃO AUGUSTO MADUREIRA PEREIRA do MAI – cumprimentou os presentes e em seguida disse que o que opõe o seu Grupo Municipal ao PSD ao PS não é uma questão de forma mas sim de conteúdo.

Nós somos mesmo contra a alienação do imóvel. Achamos que deve ficar na propriedade da Câmara Municipal e que sirva para «servir» a própria escola como parque de estacionamento.

Parece-me que a verdade sobre a dívida é relativa e a mentira sobre a dívida também é relativa porque uns dizem que é de quarenta milhões, outros de cinquenta milhões e até há pessoas que falam em setenta milhões, mas isto é que se virá a apurar. Para mim e para as pessoas que me são próximas, quarenta milhões de euros é uma dívida enorme. Acho que é um monstro que está a destruir a possibilidade de desenvolvimento do nosso concelho.

A nível do governo central já foi vendido tudo o que era possível e, curiosamente, a dívida aumentou. Em termos do Concelho de Chaves, independentemente da venda ou não, a dívida também vai aumentar. Para que níveis não sei.

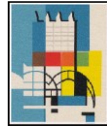
Pensando em Chaves como cidade de futuro, a zona do Hospital, por exemplo, não está em causa quem foi, autorizaram a construção de edifícios e um lugar que se quer calmo, silencioso, tem uma atividade muito próxima e um movimento perturbador.

Na proposta em discussão entendemos que aquele terreno deveria ser destinado a espaço de utilização pública e por essa razão o MAI vai votar contra.

JOÃO MIRANDA RUA do PSD – cumprimentou os presentes e disse que o assunto em discussão está perfeitamente justificado no texto do documento que foi apresentado, existindo opiniões diferentes não sobre a venda mas sim sobre o processo de venda.

Sou de opinião que o município não deve substituir-se aos gestores de projetos urbanísticos porque não é essa a sua vocação. O modelo que aqui foi focado é um modelo de gestão urbanística de empreendedores do ramo imobiliário e da construção. Seria justificável se fosse destinado, dentro desta área, para construção de habitação social.

Chaves tem equipamentos para o exercício de diversas atividades e não é por essa falta que não há investimento nem fixação de pessoas. O imóvel é uma parcela sobrando de um terreno que a autarquia adquiriu em 2002 para instalação do Centro Escolar de Chaves, com cerca de 8.300 m², com uma área edificável de 5.000 m², havendo uma reversão para o domínio público de cerca de 3.200 m², por força da urbanização do terreno.



Em meu entender o terreno deve ser vendido e o valor não é exorbitante – ronda os 60,00€/m² – em vez de continuar ali sem qualquer utilização e passe a ser mais uma lixeira.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU disse, a propósito do endividamento, o que é lamentável é que os municípios estejam numa situação em que os autarcas tenham de aceitar tudo desde que venha o dinheiro para sanear as dívidas. Foi isso que o país fez com o acordo que assinou com a troika.

A CDU não se revê na decisão que o país tomou com a troika mas também não se revê na decisão de uma autarquia, que em nome dos juros de 2,37% está disposta a alienar o seu património. As autarquias não podem cair de joelhos em nome do endividamento.

Eu gostava de ter o otimismo do Senhor deputado João Miranda Rua quando diz que no curto e no médio prazo este será um investimento rentável já que quase todas as empresas de construção civil de Chaves foram à falência. Os projetos de habitação social em Chaves vão passar pelo resgate de casa já feitas – é preciso que isso seja feito com transparência – porque é absurdo haver gente que não tem casa com tanta casa desabitada.

Sabemos que ninguém vai comprar o terreno e tudo isto é um gasto de tempo porque não há quem hoje invista quinhentos mil euros que não terá retorno rentável nos próximos anos.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões colocadas dizendo que fica satisfeito por verificar que os Senhores deputados entendem que a autarquia não está a desbaratar património municipal a qualquer preço.

Não é alienar por alienar. É tentar alienar por preço justo, que como atrás disse, recorre de uma obrigação do PAEL. Este terreno é um dos que está identificado no Programa de Assistência e estamos a cumprir as regras ali impostas.

Há aqui alguma demagogia quando se diz que o terreno devia ficar como património municipal para serem construídos centros de dinamização da economia, nomeadamente de escritórios para alugar, como se o município dispusesse de dinheiro para fazer esse investimento, a menos que digam, como alguém já disse, que pagar a dívida é uma coisa de crianças.

No Parque Empresarial existe um edifício de escritórios disponíveis para alugar mas não aparecem interessados. Efetivamente a dinâmica económica do nosso concelho e de uma maneira geral da região toda, infelizmente é fraca. Temos de ter imaginação para saber como dinamizar. Seria muito bom para a dinamização da nossa economia que aparecesse um comprador que edificasse neste terreno um empreendimento ligado ao setor comercial que pudesse gerar emprego e alguma dinâmica.

Relativamente às dúvidas apresentadas pelo Senhor deputado João Madureira o Senhor deputado João Rua já as esclareceu; o projeto urbanístico para o local prevê ceder ao domínio público uma área que será para estacionamento. A verdade é que em nenhuma parte do mundo se projetam infraestruturas para as horas de ponta.

ANTÓNIO JORGE PINTO DE BARROS do PS – pediu a palavra para um pedido de esclarecimento.



“Parece-me que ao longo das intervenções feitas neste Fórum nunca me deixei ir pelo caminho da demagogia. Ao apresentar uma proposta, que é um documento escrito, oficial, que vai ser avaliado nesta Assembleia e ao dizer ali que a venda deste património é essencial para a prossecução de determinados projetos mas na defesa o Senhor Presidente diz que a venda desse património é para pagar dívida. Quem é o demagogo? A questão é defender o património que é público”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA lembrou que nas imediações deste terreno há um espaço que foi construído no âmbito do Programa Polis, que em termos de conceção, confirmado pela utilização é um fracasso. Estou a referir-me ao projeto do espaço da feira semanal e que, em princípio iria albergar o Pavilhão Multiusos, que como sabem foi deixado cair, apesar de haver o financiamento de 85% para a sua construção. O problema não estava na construção, mas sim na sustentabilidade do edifício ao longo dos anos. Era uma obra que não iria gerar receitas nem dinâmicas de forma a ser minimamente sustentável. Chaves não tem dimensão populacional para ter um Pavilhão Multiusos.

A Autarquia dispõe de um edifício no Parque Empresarial com todas as condições para escritórios. O valor por m² na zona empresarial ronda os 4/5 euros e mesmo assim não tem compradores.

Está prevista a construção de mais um Pavilhão Desportivo junto à escola Nadir Afonso e se, eventualmente se precisar de outro dispomos de espaço para o edificar. Quando compramos este terreno da proposta em discussão fizemos um excelente negócio tanto para a autarquia como para a Cooperativa Agrícola já que esta não o podia alienar e estava a passar por graves dificuldades financeiras.

A autarquia construiu ali um Centro Escolar, moderno, de grandes dimensões que apenas necessita de crianças para o manter em atividade durante muito e muitos anos; por seu lado a Cooperativa saneou a sua situação financeira.

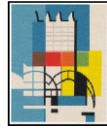
Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 57 votos a favor, 16 abstenções (14 do PS, 2 da CDU) e 5 votos contra do MAI. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 14. - EMPRESA LOCAL DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL “EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A.”. REVISÃO E APROVAÇÃO DAS RESPECTIVAS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS. Para conhecimento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento desta Informação.

PONTO 15. – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB-EMPREENDIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, S.A. – ANO 2014. PROPOSTA Nº 31/GAP/14.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA fez a apresentação da proposta dizendo que este tipo de Contrato-programa decorre da alteração legislativa do setor empresarial local que obriga as empresas deste setor a estabelecerem contratos-programa para, substituindo-se ao município, nalgumas das suas funções.



O que se pretende através deste Contrato-programa é que a Empresa Intermunicipal EHATB realize as feiras dos Sabores de Chaves e execute a valorização de algum equipamento municipal. O valor para este contrato é de duzentos e dezoito mil euros. Usaram da palavra os Senhores deputados:

FRANCISCO JOSÉ T. LOPES SILVA PRETO do MAI – cumprimentou os presentes e em seguida disse que este ponto lhe suscita algumas dúvidas que têm a ver com a legalidade do processo.

“Como qualquer flaviense também estou interessado em que o município possa fazer obra mas é preciso que seja feita de acordo com a lei. Na última Assembleia Municipal, no Orçamento, estava consagrada uma receita de cerca de quinhentos mil euros, da EHATB e a interpretação que eu faço, que pode estar errada, ou não, é que a Empresa estará a desviar a verba que devia entrar como receita do município, para a aplicar em obra. Esse valor poderia ser para pagar dívida.

A lei 50/2012 diz: independentemente dos demais requisitos e formalidades previstas na lei, a celebração dos Contratos-programa, deve ser comunicada à Inspeção Geral de Finanças quando não esteja sujeita a visto prévio do Tribunal de Contas (penso que foi isto que ocorreu). A mesma lei diz que os Contratos-programa devem definir detalhadamente o fundamento da necessidade de estabelecimento da relação contratual e finalidade desta e os montantes dos subsídios à exploração.

Esta parte dos subsídios à exploração é que me quer parecer que não está explícita no contrato. A cláusula 3ª da minuta do contrato refere o seguinte: “tendo em conta o quadro económico anteriormente definido, não é previsível a necessidade de atribuição de subsídios à exploração ou outras transferências financeiras ou participações públicas por parte do primeiro outorgante”. Não diz que é zero. Diz aqui que provavelmente o município não terá de pagar nada mas também me parece que a lei não é isto que pretende. A lei pretende quem presta um serviço seja por ele, para evitar situações que possam ser encaradas como verbas que deveriam ser aplicadas em determinadas situações, serem desviadas para fazer obra.

Eu tenho dúvidas acerca da legalidade deste Contrato-programa, duvidas essas que têm a ver com o não cumprimento expresso da Lei 50/2012, nomeadamente do art.º 47º quando não explicita, concretamente, o montante que vai ser pago à EHATB. Gostaria também de saber se, face a este Contrato-programa a verba que estava prevista no orçamento como receita da EHATB se vai deixar de estar”.

MARIA ZÉLIA VALOURA do CDS/PP – disse que o objeto social da empresa Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso S.A., é de tal modo lato que lhe permite desenvolver e suportar todo o tipo de atividades, muitas delas de grande importância para o desenvolvimento económico e social da região, mas outras, no mínimo, estranhas.

A empresa é conhecida pela sua atividade na área da produção de energia, com resultados globais positivos, pelo que julgamos ser esta a área onde a empresa deverá investir as suas receitas, promovendo por esta via o desenvolvimento económico e social da região.

Não defendemos a EHATB a produzir ilimitadamente energia elétrica a partir de fontes renováveis, por ser desnecessária, por serem conhecidos os seus custos e porque, nos próximos anos, não se prevê aumento da demanda de eletricidade.



O que defendemos é que os contributos da EHATB para o desenvolvimento da região se façam em atividades relacionadas com a energia.

E damos 3 exemplos, para não demorar muito:

- Promoção da biomassa como uma fonte de energia limpa e competitiva, abundante na região, com consequências diretas na economia das famílias e na limpeza e organização da floresta;

- Criação e financiamento de uma Agência de Energia para o Alto Tâmega, para dar continuidade à Agência de Energia de Trás-os-Montes (AE-TM), que a anterior Câmara Municipal soube trazer para Chaves, mas que em breve será extinta, devido ao fim do financiamento comunitário;

- Colaboração com os Municípios na remodelação das redes de iluminação pública, nomeadamente na substituição de luminárias ineficientes e lâmpadas de maior potência, na tentativa de reduzir a pesada fatura que a iluminação pública assume nas contas municipais, na ordem dos 7% do orçamento anual. A EDP nesta questão é, evidentemente, um falso parceiro dos Municípios, não tendo interesse na redução de consumos, por se tratar de uma empresa comercializadora de eletricidade.

Concordamos, no essencial, com a celebração do Contrato-programa, mas discordamos, em absoluto, da forma dispersa, quase universal e indefinida como os contributos da EHATB podem ajudar ao desenvolvimento da região.

Por estas razões, o voto é de abstenção

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – iniciou a sua intervenção dizendo presumir que este Contrato-programa já esteja em vigor e que vem a esta Assembleia para ratificar.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que é mesmo para aprovar com efeitos a vigorar no futuro.

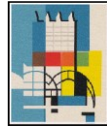
Disse que não lhe foi entre o anexo que lhe permite avaliar em concreto a que projetos ou atividades as dotações alocadas a este contrato vão ser disponibilizadas ao município de Chaves.

“Não sei se vão ser quinhentos, seiscentos ou mais euros e quais os projetos a que se destinam, razão porque não me poderei pronunciar sobre o mérito deste Contrato-programa. Reconheço que esta forma de lidar e de relacionar os municípios com esta Empresa Intermunicipal me agrada por ser clara e transparente em que os Órgãos do Município, Câmara e Assembleia Municipal podem conhecer em concreto os fluxos financeiros que são transferidos para os respetivos municípios, do que a solução que vinha vigorando. A EHATB não transferia para os municípios. Transferia para as Juntas de Freguesia, para Associações e esta Assembleia não sabia muito bem quem era apoiado e para quê.

Esta forma tem a grande vantagem de sabermos que há, efetivamente, montantes que são alocados a projetos que cada um dos municípios qualifica ou entende que são de desenvolvimento local ou regional. É, portanto, mais transparente.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara disse que, dado o adiantado da hora, provavelmente não vai ser possível discutir nesta sessão o último ponto da agenda de trabalhos pelo que aceita a sugestão anteriormente colocada de se marcar uma sessão extraordinária com dispensa do pagamento das senhas de presença. A Câmara Municipal está disponível para que se marque a data e hora que melhor sirva a todos,



para podermos discutir o assunto da saúde com o tempo que essa questão nos merece.

Relativamente à proposta em discussão informo que dos seis municípios do Alto Tâmega somos o último a trazer o assunto à Assembleia Municipal porque nos surgiram algumas dúvidas. Dirimidas essas dúvidas foi à reunião da Câmara Municipal e vem a este Órgão, depois de cumpridos todos os passos que a lei prevê. O parecer prévio do Revisor Oficial de Contas sobre o Contrato-programa foi emitido e foi enviado pela EHATB para a Inspeção Geral de Finanças. Após isso vem a esta Assembleia Municipal para ser aprovado, sobre o qual o ROC fará o Relatório final que, junto com esta ata será enviada à Inspeção Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas, para conhecimento. Isto porque o montante de 218 mil euros, que está previsto, não obriga a visto prévio. Houve efetivamente um lapso dos Serviços que não distribuíram a minuta do respetivo Contrato-programa com o respetivo anexo, onde está previsto esse valor. São 160 mil euros para a promoção do desenvolvimento urbano e rural que é para a Feira dos Sabores de Chaves e 58 mil euros para obras de conversão da Quinta Freixeda em Vidago. Serão as Feiras da Primavera, Verão e Outono, uma vez que a de Inverno está realizada e não entra neste Contrato-programa. Isto não implica em nada com a distribuição de dividendos. Esta é uma forma legal de promover o desenvolvimento urbano e rural previsto no objeto social da EHATB, que quando teve de se adaptar à nova lei foi alargado, e passou para além da produção de energia; se fosse só a produção de energia limitar-se-ia apenas a aumentar a receita tributável. Desta forma estamos a defender os interesses do Alto Tâmega.

O que a Senhora deputada Zélia Valoura referiu seria circunscrever a atividade da EHATB à produção de energia. Como sabe para se construir uma Central de Biomassa para produção de energia de mercado teria de ser colocada a concurso pelo governo. Há anos atrás foram abertos concursos para construção de Centrais de Biomassa e Chaves foi contemplada com uma unidade a funcionar no Parque Empresarial. Segundo a Empresa que ganhou o concurso, esta atividade não é atrativa dado o elevado custo na obtenção de matéria-prima e vai desistir. Esse facto levaria a que as tarifas a aplicar pelo fornecimento de energia teriam de ser muito elevadas tendo em conta os custos de produção, a não ser que fosse subsidiada por um valor muito mais alto do que o que está previsto. É que recolher os resíduos florestais numa área tão vasta como a nossa tem um custo de logística/transporte muito elevado.

A Agência de Energia de Trás-os-Montes já existe e tem a sua sede em Chaves. Foi construída no âmbito da CIM do Alto Trás-os-Montes e os seus Órgãos diretivos são constituídos por municípios da CIM do Alto Tâmega e municípios da CIM das Terras de Trás-os-Montes. Na Agência de Energia estamos unidos e é uma forma das duas comunidades se encontrarem para discutirem projetos comuns.

A Senhora deputada falou na substituição de lâmpadas mas isso é um serviço que está fora do âmbito da EHATB que não é distribuidora de energia elétrica, mas sim produtora. O novo QREN terá verbas para eficiência energética.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – usou de novo da palavra para um pedido de esclarecimento.



Para além do anexo que fazia a identificação dos projetos que iriam ser financiados por conta deste Contrato-programa, o Senhor Presidente da Câmara referiu que seria acompanhado por um documento emitido pelo Revisor oficial de Contas, que também não está aqui. Falta o anexo e o Relatório do ROC.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 75 votos a favor, 3 abstenções (2 da CDU e 1 do CDS) e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 16. - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A FUSÃO POR INCORPORAÇÃO DA SOCIEDADE EEA - EMPREENDIMENTO EÓLICO DE ALVADIA, EIM, LDA. NA EMPRESA EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA. PROPOSTA N.º 36/GAP/2014.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA fez a apresentação da proposta dizendo que esta é uma medida de boa gestão porque se está a adquirir património.

A EHATB, por força da nova lei do setor empresarial local, não pode ter capital participado. Ou é detentora a 100% ou tem de alienar e a Empresa não alienou nada. Nas empresas em que tinha capital participado entendeu que não venderia nem comprava e pulverizou as ações pelos seus acionistas que são os municípios do Alto Tâmega. Isto significa que a Câmara Municipal de Chaves e as outras cinco Câmaras dos do Alto Tâmega passaram a deter um sexto do capital da EHATB nos outros empreendimentos com exceção deste. Sobre este empreendimento a Empresa entendeu questionar o seu parceiro no sentido de vender ou comprar. O parceiro fez o preço, a Empresa usou do direito de preferência e comprou; hoje a EEA – Empreendimento Eólico de Alvadia, EIM, Lda. é também uma Empresa Intermunicipal. Não fazia qualquer sentido haver duas empresas intermunicipais e fez-se o mesmo que já tinha sido feito com as outras que se fundiram na EHATB, nomeadamente o Parque Eólico de Mairós.

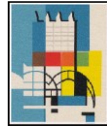
O que se está aqui a pedir é a anulação desta empresa por virtude da sua fusão na EHATB que vai permitir uma gestão mais fácil e mais rentável. Foi uma excelente compra. Os dividendos que havia para distribuir foram utilizados na aquisição desta Empresa.

Usaram da palavra os Senhores deputados:

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PSD – Disse que hoje estamos todos aqui a tecer elogios a uma posição anteriormente tomada por esta Assembleia Municipal ao obstaculizar a venda da participação que o município detinha na EHATB, e com isso ficámos mais ricos e vamos passar a receber diretamente proventos para aplicar na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Esperamos que o Senhor Presidente reconheça o valor da posição então tomada.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – Disse que o Senhor Presidente da Câmara fez o enquadramento da aquisição da participação pela EHATB na EEA.

Na minha perspetiva foi uma decisão com visão estratégica e quer a posição da Empresa quer a posição do senhor Presidentes de Câmara foi muito importante porque vai dar outra dimensão e reforça a produção de energia eólica e hídrica. Nós



precisamos de mais empresas destas apesar de gerar pouco emprego. Precisamos de empresas que gerem mais emprego.

Quem teve visão estratégica e entendeu o valor e a impotência estratégica da participação dos municípios na EHATB foram os partidos da oposição representados nesta Assembleia, nomeadamente o Partido Socialista, o Partido Comunista e deputados da bancada do PSD porque foram radicalmente contra a venda da participação que a autarquia detinha na Empresa.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que a proposta de aquisição foi validada pelo Tribunal de Contas e esta proposta de fusão na EHATB, depois de aprovada pelas respetivas Assembleias Municipais das Câmara do Alto Tâmega (os acionistas) vem antes de se concretizar o visto prévio do Tribunal de Contas.

Quando veio a este Órgão uma proposta de alienação da nossa participação na EHATB, a oposição fez o seu papel na oposição à alienação, na medida em que Assembleia Municipal aprovou a alienação. Com o decorrer do tempo houve mudança de estratégia e o PAEL ajudou a que não houvesse necessidade de alienar este ativo

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse a proposta de alienação veio à Assembleia Municipal porque a lei dos compromissos deixava a autarquia asfiziada e ainda bem que veio o PAEL porque senão hoje não tínhamos a EHATB.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 17.– PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA GEMC, EM. SA.; ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL; ABOLIÇÃO DO CONSELHO GERAL. PROPOSTA Nº 16/DAF/2014.

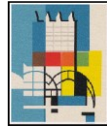
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da proposta dizendo que o Parque de Campismo vinha sendo gerido pelo Clube de Campismo e Caravanismo de Chaves, desde a sua construção.

A Direção do Clube entendeu que não tinha mais condições de continuar a fazer a sua gestão e entregou-o à Câmara. Nesse contexto a autarquia entendeu que deveria alargar o objeto social da Empresa Municipal que gere as piscinas do Parque do Rebentão, à gestão do Parque de Campismo criando algumas sinergias em toda a área envolvente, dinamizando todo o complexo, aumentando a sua atratividade como pólo de lazer e de atração turística para Chaves.

Há opiniões divergentes sobre esta questão em que algumas vão no sentido da extinção da Empresa Municipal e os serviços passarem a ser diretamente geridos pela autarquia. Sendo uma empresa tem vantagens na gestão, apesar de estar sujeita à maioria dos procedimentos públicos, nomeadamente na contratação de pessoas. A maior parte da mão de obra da empresa é de caráter sazonal, esperamos que com o tempo possa vir a garantir alguns postos de trabalho a termo certo.

Usaram da palavra os seguintes deputados.

JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS –cumprimentou os presentes e disse que as alterações solicitadas através da proposta em discussão assentam na necessidade de adequar os estatutos ao novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e para proceder à acomodação da gestão do Parque de Campismo da Quinta do Rebentão e zona envolvente.



Da análise do estudo de viabilidade económica e financeira e do parecer do Fiscal Único conclui-se que a Empresa de Gestão de Equipamentos do Município de Chaves tem vindo a ter uma quebra substancial no volume de negócios, desde de 2010; em 2012 essa quebra foi de 10,84% face ao ano anterior. Face a essa realidade a empresa municipal tem sido obrigada a efetuar ajustamentos a nível de gastos, nomeadamente nas despesas com pessoal e na redução do passivo. No que respeita à acomodação do Parque de Campismo e zona envolvente, verifica-se que a projeção de receitas inscritas nos documentos, face à atual conjuntura de crise económica, é pouco realista, está impolada, tornando difícil a sua previsível arrecadação.

É entendimento unanime dos economistas que Portugal vive uma conjuntura macroeconómica extremamente problemática, registando uma resseção nas duas últimas décadas, como uma contração do PIB de 3,20% em 2012, em comparação com 2011. O município padece de constrangimentos financeiros elevados derivados da sua elevada dívida e da esperada diminuição das transferências do Orçamento Geral do Estado em cerca de 2,8 milhões de euros.

Face a esta situação o Grupo Municipal do Partido Socialista entende que é imprescindível que o executivo repense a sua estratégia relativamente a esta empresa municipal bem como a outras em situação similar que exercem a sua atividade em função do orçamento municipal. É fundamental que o Município cumpra a sua missão primária - de servir as populações. Que rentabilize a sua estrutura orgânica e funcional, suportada no quadro de técnicos qualificados de que dispõe, o que muitas vezes contrata para ser feito no exterior. Pelos considerandos e alertas explicitados vamos abster-nos na votação da presente proposta.

NELSON PAULOGONÇALVES MONTALVÃO do PSD – disse que no entender do Grupo Municipal do PSD esta proposta cumpre com todos os requisitos legais plasmados na Lei 50/2012, de 31 de Agosto, nomeadamente no que respeita à apresentação do estudo de viabilidade económica e financeira, o parecer do Fiscal Único e a proposta de alteração dos estatutos da Empresa Gestãop de Equipamentos do Município de Chaves.

No Anuário estatístico da Região Norte 2012 e no Estudo de Investimento e relativamente ao Alto Trás-os-Montes, o concelho de Chaves é o único que regista um aumento de dormidas de 2011 para 2012; 107.275 em 2011 e 109.712 2m 2012. No mesmo Anuário dos 308 municípios do país, o de Chaves aparece em vigésimo lugar na lista dos de maior investimento de bens e de capital. Há outros indicadores publicados recentemente no JN em que é indicado o nosso concelho em 17º lugar a visitar em toda a Região Norte.

Com a passagem do Parque de Campismo do Rebentão à Câmara Municipal esta propõe entregar a sua gestão à GEMC, EM. O estudo de viabilidade económica e financeira demonstra clara e inequivocamente a viabilidade e sustentabilidade do projeto e o seu equilíbrio financeiro, bem como a procura daquele equipamento. Com a aprovação desta proposta a gestão da Empresa será mais eficaz e mais eficiente com uma entidade responsável pela gestão de todas as áreas, o que facilitará a promoção e a sua dinamização. Em função do exposto o Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente esta proposta.



O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que o Partido Socialista está contra o modelo de existência de uma empresa municipal que, no seu entendimento devia ser extinta. No entanto não apresentam dados que provem maior eficiência com a sua extinção e também não demonstram que a sua existência acarreta maior despesa. O modelo do PS seria a gestão dos bens públicos diretamente pela Câmara Municipal. É efetivamente uma questão em que o modelo seja feito na lógica de empresa municipal local ou simplesmente na lógica da administração pública direta.

Imagino que o PS não pensa que se o Parque de Campismo não for rentável feche-se. Se as Termas não forem rentáveis fecham-se.

Refletindo um pouco, é necessário entender que foi o governo do Partido Socialista que transformou a Junta Autónoma de Estradas, que devia estar na esfera pública, em três institutos públicos; na vigência do mesmo governo esses institutos evoluem para uma empresa que hoje se chama Estradas de Portugal. Foi o governo do PS que entendeu transformar a saúde pública em hospitais EPE.

Se o que está aqui em causa é o modelo não entendo como é que o Partido Socialista local pensa tão diferente do Partido Socialista nacional.

Aqui não esteve e não está subjacente a tentativa de criar uma empresa que amanhã venha a ser alienada.

JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS – disse que o Partido Socialista de Chaves não está espartilhado, ideologicamente, em relação ao Partido Socialista nacional. Que em muitas situações discordaram das posições tomadas pelo partido a nível nacional, nomeadamente na questão do Hospital em que puseram os lugares à disposição.

As empresas municipais foram criadas no âmbito de expansão económica e o que está a acontecer neste momento é que quase todas elas estão tecnicamente falidas. As autarquias estão a tentar fazer a solvência dessas empresas através da sua extinção, assumindo o passivo e pagando as dívidas acumuladas.

Nós não estamos a entrar no âmbito da gestão, apenas fizemos alertas e considerações. A gestão é do Senhor Presidente da Câmara e do seu executivo, porque tem autonomia para fazer as opções políticas que entender.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que esta intervenção é feita na defesa das posições assumidas pelo Partido Socialista local.

Foi referido que haveria algumas contradições assumidas pelo Partido Socialista local e aquilo que são as posições do Partido Socialista a nível nacional mas afinal o Senhor Presidente da Câmara também discorda com posições tomadas pelo seu partido a nível nacional, nas quais diz não se rever.

Esta direção do PS que tem dois meses de exercício, pode ter pensamentos, como já teve no passado, diferentes das orientações nacionais, designadamente na saúde. Estamos disponíveis para o fazer sempre que questões de âmbito local sejam mais relevantes do que as de âmbito nacional. Este Partido Socialista está aqui para defender os interesses das populações locais e só discutirá, nesta Assembleia, questões de âmbito nacional se tiverem incidência nas questões locais.

Sobre esta questão quisemos valorizar os trabalhadores do município dizendo que têm capacidade e competência para poderem gerir estes serviços sem nenhum problema e entendemos que este modelo está esgotado.



NELSON PAULOGONÇALVES MONTALVÃO do PSD – usou novamente da palavra para um pedido de esclarecimento.

Entendi que o Senhor deputado Trindade Mendes aquando da questão do Hospital disse que o PS local discordou das posições tomadas pelo PS nacional e que tinham colocado o lugar à disposição. O que eu gostaria de ver esclarecido é se nessa altura algum membro desta Assembleia Municipal, algum Vereador da Câmara Municipal, ou algum membro de alguma Assembleia de Freguesia, do Partido Socialista local se demitiu.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que aquando da desqualificação do serviço de urgência do Hospital de Chaves o que estava em cima da mesa era a transformação de uma urgência médico cirurgica numa urgência básica.

Nessa altura eu era o Presidente da Comissão Política e solicitei aos Senhores Vereadores do executivo que em conjunto provocassem uma decisão no âmbito do Órgão Executivo para que repudiassem, contestassem e usassem todos os instrumentos ao seu alcance para que isso não acontecesse. E nessa altura fizemos um ato simbólico junto às urgências do Hospital dizendo claramente que o Partido Socialista de Chaves estava disponível para que todos os seus eleitos, sem exceção, se demitissem. Eu não era membro desta Assembleia Municipal mas se fosse, em nome desse grande valor que é a saúde do concelho e uma assistência adequada no âmbito da urgência, estaríamos disponíveis para tomar todas as atitudes inclusivamente esta. E se essa questão for colocada hoje estarei na linha da frente.

NELSON PAULOGONÇALVES MONTALVÃO do PSD – agradeceu o esclarecimento dado pelo Senhor deputado Nuno Vaz Rideiro do PS e disse que às questões que lhe colocou nenhuma foi respondida.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que relativamente a questões laterais a Mesa não deve permitir intervenções. A questão que está a ser discutida não é essa. É outra.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA referiu novamente a questão do modelo.

O modelo não está esgotado. A lei obriga as empresas municipais do setor empresarial local, que tem prejuízo, a que sejam extintas. Não é o caso da nossa, caso contrário teria de ser extinta por imperativo legal.

A autarquia tem transferido dinheiro que, felizmente de ano para ano tem vindo a diminuir, mas que tem a ver com o seguinte: como todos sabem as Termas de Chaves desempenham para a cidade e para o concelho uma função social muito importante. Não é pela receita direta que geram, mas pela indireta que se reflete na sociedade. Era fácil colocar as Termas a gerar lucro. Bastava para isso aumentar o valor dos tratamentos, provocando a diminuição do número de aquistas do número de trabalhadores e certamente passaria a ter contas equilibradas. Não é esse o objetivo, nunca o foi de gestão nenhuma desde que as Termas existem, com alguma vitalidade. O objetivo é atrair mais pessoas, praticando preços competitivos, nem que para isso a Câmara esteja a subsidiar a gestão, desejando que chegue o momento em que se auto financiem, sem ser à custa do aumento de preços.

Quer queiramos, quer não, as Termas de Chaves são um setor económico diferente de uma prestação de serviços do município. Não há nenhuma termas em Portugal que não sejam geridas desta forma. Caso inverso é o Mercado Abastecedor e a



Empresa MARC SA apesar de ser detida indiretamente pela Câmara Municipal, como não dá lucro vai ser extinta e ou é alienada a um privado, ou é incorporada na Camara Municipal.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 67 votos a favor, 11 abstenções (10 do PS e 1 da CDU) e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 18.- PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 3º TRIMESTRE DE 2013. INFORMAÇÃO Nº21/DGF/2013, PARA CONHECIMENTO.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da presente informação.

PONTO 19.- PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 4º TRIMESTRE DE 2013. INFORMAÇÃO Nº06/DGF/2014, PARA CONHECIMENTO.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da presente informação.

PONTO 20.- SOLICITAÇÃO DE CONTRIBUTOS PARA O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO CHAVES 2020. PROPOSTA Nº 34/GAP/14.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da proposta dizendo que se está a solicitar contributos para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Chaves 2020, no âmbito do novo do novo Quadro Comunitário de Apoio.

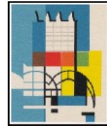
O nosso concelho deve ter com linha estratégica orientadora principal o turismo; uma grande parte dos investimentos que a autarquia está a fazer vai nesse sentido. É o caso da ampliação e requalificação das Termas de Chaves, a construção do Balneário Pedagógico de Vidago, o Museu das Termas Romanas e a fundação Nadir Afonso. Chaves hoje lidera em termos de turismo, o norte Portugal interior mas espera-se que através destes equipamentos possamos atrair a Chaves um número maior de turistas.

Associado ao turismo temos de desenvolver o setor rural com a produção de bens primários de qualidade. Daí a aposta na Feira dos Sabores e na marca “Sabores de Chaves”. A autarquia disponibilizará muito em breve o Gabinete para a Promoção do Investimento e com esta dinâmica será possível fixar população e promover a criação de emprego.

Temos um excelente Parque Empresarial que precisamos de dinamizar, situado numa zona de fácil acessibilidade, de fácil expansão a todos os níveis, em que a concentração empresarial não coloca em crise o funcionamento normal da cidade. Os valores estabelecidos para os lotes de terreno são meramente simbólicos e também podem ser alugados.

Chaves tem de ser uma cidade prestadora de serviços e aqui temos mais dificuldades na medida em que temos de lutar contra as administrações centrais que olham para as pessoas do interior como números.

Pretende-se envolver toda a sociedade a apresentar propostas que sejam exequíveis e que tenham sustentabilidade orçamental. Estamos a pedir contributos das associações empresariais, das cooperativas, de organizações profissionais e outras. Ao longo do tempo serão feitas reuniões e o meu desejo é que na reunião de Junho o Plano possa vir a esta Assembleia Municipal para ser aprovado; antes disso



pretendemos discutir um Relatório de Progresso na sessão a realizar em Abril. Com os contributos de todos podemos constituir, se assim o entenderam, uma comissão de acompanhamento do processo, para que esse projeto nos una, e os seus objetivos tenham continuidade com o próximo executivo, seja ele qual for.

O ponto 21 é muito semelhante. Relativamente à Comunidade intermunicipal é rigorosamente a mesma coisa. Não podemos ter uma estratégia municipal e depois no seio da comunidade ter outra completamente diferente. O documento que vai ser aprovado no âmbito do Conselho Intermunicipal refletirá os projetos de Chaves em menor escala mas no que respeita ao setor primário entendo que o Alto Tâmega em conjunto, perseguindo objetivos em comum, conseguirá criar dimensão suficiente para criar uma marca que valorize os nossos produtos e lhe dê saída.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que nestes pontos se está a falar de documentos muito importantes.

Saudamos esta iniciativa porque é a primeira vez que um documento estratégico de médio prazo vem a esta Assembleia Municipal com vista à recolha de contributos. É uma iniciativa que deve ser valorizada e que deve ser replicada noutros domínios e noutras áreas. Estamos a ser convocados a aportar contributos para que o desenho do Plano possa ajudar a acomodar uma visão de futuro (2020) e ter uma estratégia que possa ser a mais sufragada possível; se assim for haverá uma maior identificação de todos e será mais fácil depois, concretizá-la.

Para podermos fazer uma reflexão aturada, consciente e responsável, seria fundamental conhecermos o relatório sobre o grau de execução do Plano Estratégico 2015 de Chaves que orientou as últimas Grandes Opções do Plano e que influenciou muitas das políticas implementadas pelo Executivo, para que se possa conhecer o grau de execução desse instrumento de orientação estratégica: Seria importante conhecer também as análises de ameaças/oportunidades que lá estão inscritas, atualizadas. Isto para podermos apresentar um contributo sério e válido.

Para poder fazer propostas equilibradas/coerentes era importante que esta Assembleia conhecesse o diagnóstico da situação; certamente que a autarquia ou a CIM contratou uma empresa especializada nesta área para fazer o diagnóstico da atual situação, enumerando os riscos e as oportunidades e no-lo faça chegar. Isto para que nós possamos dizer que em 2020 queremos ser uma cidade de serviços, de turismo, de desporto, de economia e de saúde.

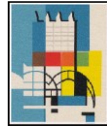
O Partido Socialista está disponível para contribuir para essas propostas e também para integrar essa comissão no futuro, quer a nível do concelho, quer a nível da CIM de forma a poder discutir com os demais parceiros um Plano do Alto Tâmega.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da presente informação.

PONTO 21. – PROPOSTA PARA SOLICITAÇÃO DE CONTRIBUTOS PARA O PLANO ESTRATÉGICO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA (CIM-ATÉ) PROPOSTA Nº 35/GAP/14.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da presente informação.

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA informou que os pontos seguintes se destinam a eleições de representantes deste Órgão em vários Organismos e que serão



votados em simultâneo com boletins de voto de cores diferentes. Solicitou a apresentação de listas

Como o período normal da sessão está a esgotar pediu autorização para continuação dos trabalhos. A Assembleia autorizou.

O ponto 25 foi incluído na parte final da ordem de trabalhos não porque seja menos importante, mas porque os demais são assuntos necessitam da votação deste Órgão. Porque entendemos que o assunto “A Saúde no Concelho de Chaves” é muito importante e de muita discussão, se esta Assembleia Municipal concordar, proponho a marcação de uma sessão específica para discussão desta matéria no próximo dia 10 de março, sem direito ao pagamento de senhas de presença, conforme aqui foi sugerido.

O **SENHOR DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO** do PS pediu a palavra para dizer que a sugestão de uma nova sessão para discussão exclusiva deste assunto, sem direito a senhas de presença, partiu do PS e em nome do seu Grupo Parlamentar reafirmou que prescindem do pagamento das senhas de presença. Disse ainda que preferia o que fosse no dia 12 e não no dia 10.

O **SENHOR DEPUTADO MANUEL CUNHA** da CDU disse que a agenda para esta sessão é muito extensa, que o período antes da ordem do dia é muito importante para discussão de assuntos de vária índole e que certamente deveriam ser feitas mais reuniões para dar resposta a todas as matérias. Em termos de data disse preferir o dia 10 de tarde.

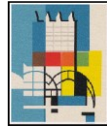
DEPUTADA BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA T. GONÇALVES do PS - disse que com uma ordem de trabalhos tão extensa é natural que não se consigam discutir todos os assuntos e que em vez de fazer as sessões só da parte da tarde se deveria pensar em fazê-las durante todo o dia de quarta-feira.

“Sobre o agendamento da próxima reunião não é correto dizer-se que é em função da agenda do executivo, quando se percebeu que há uma clara necessidade de consensualizar essa data com a disponibilidade da Senhora deputada da Assembleia da República que também fez parte deste Órgão no anterior mandato e nunca veio às sessões. Se tem dificuldade em assumir os dois cargos pode renunciar a um deles. O que não devemos é sujeitar-nos a esta discussão e a adaptar a agenda de todos nós à agenda da Senhora deputada”.

DEPUTADA MARIA MANUELA TENDER do PSD – cumprimentou todos os presentes e felicitou os membros da Mesa agora empossados, desejando-lhes o maior sucesso no desempenho das suas funções.

“Entendo que cada um é que deve avaliar se está a cumprir ou não, as suas funções e se tem a sua consciência tranquila. Quando falto às sessões desta Assembleia Municipal estou em trabalho parlamentar na Assembleia da República e sou eu que devo avaliar se devo renunciar ou não ao cargo. O lugar que eu desempenho tem a mesma legitimidade que o da Senhora deputada Brigitte e há muitas outras pessoas que faltam e se fazem substituir.

Também não é em função da minha agenda que se está a propor o dia 10 para a reunião sobre a saúde embora seja mais fácil para mim poder estar na segunda feira do que na quarta feira que é um dia muito preenchido por trabalhos na AR. O que eu sugeri foi que, se houvesse acordo de todos os grupos municipais, as reuniões desta



AM pudessem passar a ser realizadas à segunda-feira porque são os dias que os deputados da AR têm disponíveis para dedicar ao seu círculo eleitoral. Se isso acontecesse poderia estar sempre presente, colaborar e cumprir com mais dedicação as funções para que fui eleita.

Será importante para mim poder explicar aqui tudo aquilo que tenho feito quer na área da saúde, quer noutras áreas e seria muito importante poder levar as preocupações aqui referenciadas para a Comissão de Saúde e para o Ministério de Tutela.

O **SENHOR DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO** do PS usou de novo da palavra para dizer que não deve ser aproveitada uma discussão acerca do dia e hora para realizar uma sessão extraordinária, para discutir outras questões. O que aqui está em discussão é determinar o dia mais adequado para fazer essa reunião.

Há muito tempo que as Assembleias Municipais de Chaves são realizadas à quarta-feira e nunca essa questão foi colocada apesar de ter havido elementos que também foram deputados da Assembleia da República.

Quando não temos o poder da ubiquidade temos de fazer opções. A Assembleia Municipal reúne cinco vezes por ano e a Senhora deputada falta cinco vezes na Assembleia da República.

Foi dada a palavra ao **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** que disse estar disponível para qualquer data que a Assembleia vier a definir, inclusive no sábado dia 8, no período da tarde. No dia 9 estará cá a Comissão Parlamentar de Saúde e já lhe poderemos apresentar as conclusões que aqui venham a ser tomadas e possam levar informação mais apurada e, eventualmente serem alertados para o que virem no Hospital de Chaves. É só uma sugestão.

Se acharem útil a Assembleia Municipal pode convidar o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Hospital e o Diretor do ACES e estarem presentes, se aceitarem é claro, para darem conhecimento das medidas que têm tomado sobre esta questão.

Foi retomada a discussão do ponto nº 20 e o **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor deputado João Miranda Rua do PSD.

Disse que o ponto 20 é fundamental para recolher contributos para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Chaves e apresentou o seu contributo para discussão.

Chaves possui atualmente um conjunto de infraestruturas fundamentais para um desenvolvimento economicamente sustentável do Concelho. O complexo empresarial constituído pelo Parque Empresarial, Mercado Abastecedor e Plataforma Logística, agora servidos pelo Nó de acesso da autoestrada, assim como o Mercado de Gado, Parque Multiusos, Pavilhão Expo-Flávia e Mercado Municipal, depois de requalificado, constituem áreas de excelência para a instalação e desenvolvimento de atividades económicas. Para além das medidas de apoio à instalação de atividades, particularmente de empresas, da competência do município, há outros constrangimentos nomeadamente os custos das portagens e o IRC que retiram capacidade competitiva relativamente a empresas localizadas no litoral.

Urge reivindicar junto do poder central a adoção de medidas de discriminação positiva para as regiões do interior, no nosso caso, do interior norte, com acentuados



indicadores de desertificação, nomeadamente na redução ou eliminação das portagens e do IRC. Mas nenhum Plano Estratégico de Desenvolvimento para Chaves se pode dissociar do potencial recurso endógeno que constitui as Caldas de Chaves. Para além da sua componente termal gravita em seu entorno uma complexa mas significativa atividade económica englobando turismo, hotelaria, restauração, comércio e a própria animação da cidade, particularmente do centro urbano.

Os sucessivos investimentos realizados com a valorização do complexo termal e também a mais vaila que representam outros equipamentos como a área de lazer do projeto Pólis com a requalificação das margens do Rio Tâmega e Jardim Público, as Piscinas Municipais, a Fundação Nadir Afonso que vai contribuir para o ordenamento dos terrenos envolventes e o novo parque de estacionamento urbano, o Centro Cultural e o Balneário Romano do Largo do Arrabalde, entre outras, são realidades inquestionáveis do epicentro económico e social que representam as Caldas de Chaves. Na componente mais urbana é pertinente a reivindicação de mais investimento público e privado. Mas só a conservação e melhoria dos equipamentos existentes, como a repavimentação de algumas artérias e praças e particularmente na vertente da regeneração urbana, podem contribuir para inverter o ciclo de sucessivo encerramento de estabelecimentos comerciais e abandono do centro urbano.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** interrompeu o Senhor deputado João Miranda Rua pedindo-lhe que fizesse chegar à Mesa da Assembleia os seus contributos para este ponto. Esta sugestão foi extensiva a todos os grupos municipais.

O **SENHOR DEPUTADO** anuiu que o faria mas que a sua intenção era chamar desde já a atenção para as várias infraestruturas de que Chaves dispõe para o seu desenvolvimento e que existem várias instituições político-administrativos, nomeadamente a ADRAT a ACISAT a ÁQUEA FLÁVIA a CHAVES VIVA e muitos outros que, em parceria com o município, podem e devem desenvolver este aproveitamento. Isto é muito importante porque o próximo QREN 2014/2020, que já está em vigor não vai contemplar infraestruturas mas sim atividades económicas.

O **SENHOR DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO** do PS perguntou se lhes vai ser enviado o Diagnóstico e o Relatório relativamente ao Plano Estratégico 2015 documentos essenciais para poderem apresentar as suas sugestões à Mesa da Assembleia.

PONTO 22. – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO CONSULTIVO DO CENTRO HOSPITALAR.

A **MESA** informou que deram entrada duas listas apresentadas pelos Grupos Municipais do PSD e PS respetivamente e às quais foram dadas as letras A e B.

Lista A / do **PSD** – propõe o nome do Senhor deputado José Ferreira de Moura

Lista B / do **PS** – propõe o nome do Senhor deputado Tiago José da Mata Morais Caldas

Sujeitas a sufrágio por voto secreto e em simultâneo, obteve-se a seguinte votação:

Lista A

43 Votos

Lista B



20 Votos

2 Votos em branco

Votaram 65 elementos.

Foi eleita o *Senhor deputado José Ferreira de Moura*.

PONTO 23. - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO CINEGÉTICO.

A **MESA** informou que deram entrada duas listas apresentadas pelos Grupos Municipais do PSD e PS respetivamente e às quais foram dadas as letras A e B.

Lista A / do **PSD** – propõe o nome do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valdanta – Júlio Manuel Abambres Carneiro.

Lista B / do **PS** – propõe o nome do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Curalha – Domingos de Moura Alves.

Sujeitas a sufrágio por voto secreto e em simultâneo, obteve-se a seguinte votação:

Lista A

41 Votos

Lista B

22 Votos

2 Votos em branco

Votaram 65 elementos

Foi eleita o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valdanta** – Júlio Manuel Abambres Carneiro.

PONTO 24. - ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SEGURANÇA (CINCO ELEITOS E TRÊS PRESIDENTE DE JUNTA).

A **MESA** informou que deram entrada duas listas apresentadas pelos Grupos Municipais do PSD e PS respetivamente e às quais foram dadas as letras A e B.

Lista A/PSD – propõe Francisco José Gonçalves Oliveira, António Manuel Santana Abelha, Cláudia Patrícia Quitério Bento, Ana Maria Rodrigues Coelho, António Santana Abelha e João Luís Gonçalves Rodrigues.

Suplentes - Higino Domingues Ferreira da Silva e Nelson Paulo Gonçalves Montalvão.

Presidentes de Junta - Luis Dias de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Madalena e Samaiões.

Rui Manuel Branco Rodrigues – Presidente da União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranhos.

Pedro Miguel Rodrigues Fernandes – Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde da Raia.

Suplente - Paulo Nuno de Jesus Pereira – Presidente da Junta de Freguesia de Vilas Boas.

Lista B/PS - propõe Brigitte Raquel Vieira T. Gonçalves, Anselmo José Martins, José António Trindade Mendes, Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, e António Jorge Pinto de Barros.



Presidentes de Junta – António Manuel Rua Reis – Presidente da Junta de Freguesia de Calvão e Soutelinho da Raia.

Rogério Paulo Maldonado Pinto – Presidente da Junta de Freguesia de Travancas

Rogério Amaro Alves de Oliveira – Presidente da Junta de Freguesia de Águas Frias

Sujeitas a sufrágio por voto secreto e em simultâneo, obteve-se a seguinte votação:

Lista A

42 Votos

Lista B

21 Votos

2 Votos em branco

Votaram 65 elementos

Foram eleitos, pelo Método de Hondt.

Eleitos Efetivos:

- Francisco José Gonçalves Oliveira
- Brigitte Raquel Bazenga Vieira T. Gonçalves
- António Manuel Santana Abelha
- Anselmo José Martins
- Cláudia Patrícia Quitério Bento

Suplentes:

- Ana Maria Rodrigues Coelho
- João Luís Gonçalves Rodrigues

Representantes das Juntas de Freguesia:

- Presidente da Junta de Freguesia da Madalena e Samaiões - Luis Dias de Carvalho.
- Presidente da Junta de Freguesia de Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis.
- Presidente da União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras - Rui Manuel Branco Rodrigues.

Suplente

- Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues Fernandes.

PONTO 25. – A SAÚDE NO CONCELHO DE CHAVES.

Este ponto foi retirado da agenda de trabalhos ficando o Senhor Presidente da Mesa de combinar uma data com os respetivos Grupos Municipais para marcação de uma sessão extraordinária onde será debatido este assunto.



Posta à votação a retirada deste ponto da agenda de trabalhos foi aprovada com 64 votos a favor e uma abstenção

O **SENHOR DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL SARMENTO** apresentou a seguinte declaração de voto:” Protesto por colocarem a situação da saúde em 25º ponto, retirando a oportunidade de se debater a saúde no Concelho de Chaves, não aproveitando a oportunidade de uma Comissão Parlamentar da Saúde da Assembleia da República vir a Chaves. Lamento que, pelos vistos, não à prioridade para o Concelho de Chaves discutir a situação da saúde e serviços prestados. A estratégia resultou. Parabéns”.

O Senhor Presidente da Mesa, depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada Pelo Senhor Presidente da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária _____